

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

ATA Nº 038 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO GUILHERME MALUF (*AD HOC*)
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO WAGNER RAMOS (*AD HOC*)

O SR. PRESIDENTE (GUILHERME MALUF) - Declaro aberta a presente Sessão e suspendo-a por quinze minutos.
(SUSPENSA A SESSÃO ÀS 08:39 HORAS E REABERTA ÀS 09:26 HORAS SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO ROMOALDO JÚNIOR)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Declaro reaberta a presente Sessão.

Convido o Deputado Dilmar Dal Bosco para assumir a 1ª Secretaria e o Deputado Wagner Ramos para assumir a 2ª Secretaria.
(OS SRS. DEPUTADOS DILMAR DAL BOSCO E WAGNER RAMOS ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Solicito ao Sr. 2º Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE ABRIL DE 2012, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, não há expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente.

Com a palavra, o ilustre Deputado Luizinho Magalhães.

O SR. LUIZINHO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Líder do Governo, Deputado Romoaldo Júnior, Vossa Excelência ontem não se encontrava na Sessão quando eu fiz uso da tribuna para fazer o meu pronunciamento.

Primeiramente, agradeço a Vossa Excelência publicamente pela grande relevância que tem tido em ser um grande interlocutor desta Casa com o Governo Silval Barbosa.

Mas eu confesso, Sr. Presidente, que a Empresa Serceu, que venceu o certame licitatório para o conserto da MT-130, está deixando a nossa população da região Sul - estou falando não em meu nome, mas em nome dos Deputados que representam aquela Bancada -, chateados, entristecidos com a falta de resposta para o cidadão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Era para ter começado a operação tapa-buracos e não começou, Sr. Presidente, Deputado Romoaldo Júnior. E eu gostaria que Vossa Excelência colocasse como prioridade essa indicação, liderada pelos Deputados da Região Sul, todos os Deputados. Todos nós estamos afinados concernentes a esse assunto.

Na MT-130 muitos acidentes têm acontecidos, muitas vítimas, pessoas mortas, fatalidades, e, neste momento, o que estamos pedindo é o clamor da população que pede resposta urgente urgentíssima dessa situação se tratando principalmente do trecho entre Primavera do Leste à Cidade de Paranatinga.

Deputado Romoaldo Júnior, eu gostaria de solicitar de Vossa Excelência também a celeridade nos processos que dão continuidade nas Emendas Parlamentares. A coisa está travada, não anda e nós estamos sendo empurrados goela abaixo: “é na semana que vem; é na outra semana; vai sair; vai sair”, e nós não conseguimos ter esse resultado.

Os vereadores, os prefeitos, as lideranças, a comunidade nos cobra e cobra com razão. Eles estão certos que nós precisamos dar resposta para a sociedade.

Eu tenho quatro assuntos para tratar, Deputado Romoaldo Júnior, e falei de dois.

O terceiro, Deputado Romoaldo Júnior, eu quero dizer que se o Governador do Estado tivesse sido o Mauro Mendes, eu queria que o senhor soubesse que eu não teria coragem de atravessar uma petição para indicar um cargo no Governo dele, porque eu teria vergonha.

Todo mundo sabe que nós vestimos a camisa do Governador Silval Barbosa.

Lá em Primavera do Leste a nomeação da CIRETRAN, Deputado Romoaldo Júnior, publicamente aqui para Mato Grosso ver, o Vice-Prefeito tiver mais prestígio que um Deputado, abandona o barco porque aí não vale à pena estar aqui.

O Vice-Prefeito não disputou cargo em Primavera do Leste, foi mero Coordenador, como tiveram mais dois Coordenadores, o Eraldo Fortes e o José Nardes, produtor rural.

Eu não vou permitir isso, Deputado. É a minha cidade. É a cidade onde estive pedindo voto para ele no meio da rua e onde tive coragem de fazer enfrentamento. Então, não vou permitir desprestígio político, não.

E se o Governador fosse o Mauro Mendes, eu teria vergonha de dizer, Mauro Mendes, para atravessar uma petição, sendo que eu não tinha pedido voto para o senhor.

Minhas posições têm sido de companheiro nesta Casa e eu não posso, Deputado Romoaldo Júnior, neste momento, passar por um vexame como este. Está sem o Chefe da CIRETRAN a cidade e o Governo me desprestigiar, onde eu tive nove mil oitocentos e vinte e dois votos; onde o Governador venceu com mais de dois mil votos de diferença. Então, não vou permitir isso.

E se o Governador desprestigiar politicamente, não conte com o meu voto nesta Casa mais. E se isso não bastar, eu deixo a base governista. Eu entrego a posição dos compromissos que foram firmados comigo e não foram cumpridos. Eu entrego. Pode pegar tudo para vocês. Eu volto para a minha base para a minha população, porque a população não aceita. Você fazer um enfrentamento, como nós enfrentamos, fomos às ruas, fomos lá fazer isso e agora ficar desprestigiado num momento como este, batendo palmas e dizendo que está tudo bem.

Então, Vice-Prefeito, no dia que o senhor for candidato a Deputado, Dr. Paulo, e vencer o certame, ser o representante, a vaga é sua. Aí o senhor é quem indica. Aí o Senhor que vai ser prestigiado.

Enquanto isso não acontecer, Vice-Prefeito, o senhor se prepare para o pleito de 2014, faça o enfrentamento e venha para cá, porque isso não pode acontecer.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Eu estou falando isso em nome de todos os Deputados, porque há muitos que de repente falta aquela vontade de vir aqui se pronunciar, eu estou me pronunciando em virtude de muitos.

Então, desculpem-me pelo desabafo, porque de ontem para cá nós temos feito enfrentamentos importantes nesta Casa e não quero ficar desprestigiado, não, Governador, porque na hora de pedir o voto lá, nós fomos corajosos de enfrentar.

Então, eu quero essa devolução do prestígio político. Se as obras não acontecem a contento, eu quero o prestígio político. Isso não é só para mim, não, estou falando em nome dos vinte e quatro Deputados desta Casa.

Para encerrar, Líder, eu agradeço a Vossa Excelência e aos demais Deputados, foi anunciado o Comando Regional para Pontes e Lacerda, Primavera do Leste, Água Boa e Nova Mutum.

Então, Sr. Presidente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência que o Governador publique esse Decreto da criação, porque a Emenda Parlamentar nossa para a segurança pública está lá e, daqui uns dias, vai acabar o prazo para o convênio.

Eu quero dizer que independe de questão político-partidária, lá tem o Prefeito que nunca apoiei, irmão do Deputado Zeca Viana, mas nunca misturei o lado político. A Emenda foi destinada para lá para a Prefeitura executar a obra. Pode repassar o dinheiro na conta da Prefeitura, porque se trata de Primavera do Leste, trata-se do bem-estar da cidade.

Então, eu gostaria que isso fosse acelerado para não prejudicar a Emenda Parlamentar nossa lá.

Quero agradecer aos meus colegas e ao Deputado Valdizete Nogueira pelo trabalho.

Quero dizer a todos os meus colegas Deputados, a todos os colegas que são suplentes e que vieram para cá: os senhores têm uma importância muito grande para o Estado. Ganhar é ganhar junto. Perder é perder junto. O meu espaço, eu vou lutar por ele.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Deputado Luizinho Magalhães, Vossa Excelência, no pronunciamento de ontem, quando falou que eu não estava na Sessão, eu estava presidindo a Sessão e acompanhei todo o desenrolar do seu depoimento em relação ao PP e PSD nessa questão das vagas na Assembleia Legislativa.

Quanto a MT-130, nós estivemos com o Secretário Arnaldo Alves há quinze dias, na Casa, e ele está preparando um cronograma de obras, inclusive da MT-130, que é a restauração daquela MT e de outras do Estado que vão ser feitas por meio de uma parceria com a PETROBRÁS.

Na terça-feira, eu vou entregar a Vossa Excelência e ao Deputado Zeca Viana todo o cronograma da MT-130.

Essas questões de cargos locais, eu acho que não temos que trazer para o Plenário. O Plenário é uma coisa um pouco maior para discutirmos. Eu não gostaria, em plenário, de discutir cargos das localidades, porque cada localidade tem que respeitar as suas lideranças. Eu respeito muito a liderança de Vossa Excelência e sei do compromisso que Governador tem também com Primavera do Leste e com a base eleitoral que o apoiou.

Então, vamos levar este assunto ao Governador. Eu sei que o cargo do CIRETRAN de Primavera do Leste está vago, o Governador ainda não definiu a indicação, mas eu acho que é uma autonomia do Governador e acho que jamais devemos medir o nosso apoio ao Governo por cargos, mas, sim, por ações, projetos, e, principalmente, pelos interesses do nosso Estado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Quando à questão do Decreto, das Emendas, já começaram a ser publicadas ontem - várias Emendas dos Srs. Deputados - e o Governador determinou que até o final do mês de abril todas as Emendas dos Srs. Parlamentares sejam publicadas para iniciar os convênios com as Prefeituras, entidades de classe social, conforme reunião que aconteceu no Palácio - apenas a título de esclarecimento.

Com a palavra o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, para apresentar várias proposições:

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Hilário Garbim.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, inciso XXVIII, da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder Título de Cidadão Mato-Grossense ao Sr. Hilário Garbim.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Hilário Garbim é paulista, natural da cidade de Castilho, onde nasceu em 13 de janeiro de 1963.

Seguindo o sonho de milhares de brasileiros, de buscar novas e melhores oportunidades de vida em outras regiões do Brasil, em 1975, a família Garbim partiu de São Paulo para desbravar e conquistar o centro norte do país. O destino escolhido pelos Garbim foi Mato Grosso que começava a dar seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento. E na vastidão do Estado, a família optou por Pontes e Lacerda, naquela época, um pequeno e promissor distrito ainda pertencente ao município de Vila Bela da Santíssima Trindade. Assim com 12 anos de idade e, integrante de uma família numerosa, Hilário Garbim passou a viver uma fantástica experiência de vida, cheia de lutas, superação e conquistas. Estudando e trabalhando aprendeu a conhecer, sentir e amar a terra e o povo que também passaram ser seus.

Aos 17 anos, ocupando a função de contínuo começa a trabalhar no antigo Banco Financial. Durante dez anos, atuando com garra e determinação, chegou a gerente daquela que era uma das mais importantes instituições financeiras da região. Em 1990 transfere-se para o Banco do Estado de Mato Grosso - BEMAT. Tanto no Financial como no banco estatal, onde também foi gerente da agência de Pontes e Lacerda, Hilário Garbim, pelas atribuições do cargo, participou ativamente do desenvolvimento do município através de análises, empréstimos e financiamentos bancários.

Em 1993 casou-se com Aline Pereira Barcelos Garbim. Desta união nasceu João Pedro Barcelos Garbim, o único herdeiro do casal atualmente com treze anos de idade.

Após desligar-se do BEMAT em 1997, Hilário Garbim passa a se dedicar as suas atividades empresariais. Pouco tempo depois, atendendo aos apelos dos amigos e da própria comunidade, ingressa na política. No ano de 2000 se candidata a uma cadeira na Câmara Municipal de Pontes e Lacerda e se transforma no vereador mais votado daquele pleito.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Amparado pela expressiva votação, assume o posto em 2001. Apesar de ser sua primeira experiência política, Garbim, por sua liderança e capacidade de articulação, é eleito presidente da Casa no biênio 2003/2004.

O trabalho no Legislativo, aliado ao seu espírito conciliador, deu a Hilário Garbim as condições ideais para se tornar em 2004, o candidato a vice-prefeito na chapa Newton Miotto. A vitória foi incontestável. O êxito da administração foi tão grande que a dupla Miotto e Garbim foram novamente vitoriosos na reeleição em 2008.

Atuando com lealdade e companheirismo e servindo como um ponto de equilíbrio da administração, Hilário Garbim é mais visto como um segundo prefeito do que como Vice. Nas diversas vezes que assumiu o comando da Prefeitura, Garbim soube dar continuidade a obras e ações que estão levando Pontes e Lacerda a ser o mais importante centro socioeconômico da região do Vale do Guaporé.

Testemunhando e participando ativamente da história, das lutas, dos desafios e das conquistas do município, Hilário Garbim diz que tudo que foi possível fazer ainda é pouco para esta cidade que tão bem o recebeu há 37 anos. Seu orgulho é saber que contribuiu e que vai continuar contribuindo para que o desenvolvimento e o crescimento de Pontes e Lacerda seja cada vez mais voltado para todos. Principalmente aos mais humildes e trabalhadores.

Por esta justificativa, conclamo aos nobres Pares o apoio para juntos outorgamos ao senhor Hilário Garbim, o honroso Título de Cidadão Mato-Grossense.

É a nossa Justificativa.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR.

Hilário Garbim é Vice-Prefeito do Município de Pontes e Lacerda, é um companheiro do Partido da República leal, participativo, representativo, homem público de muita sensibilidade, de muita humildade. E, como ele é paulista, natural da cidade de Castilho, já tem quase 30 anos em Mato Grosso com relevantes serviços prestados, inclusive para a região Oeste do nosso Estado, e, particularmente, nos ajuda a construir, fortalecer o Partido da República numa região onde existe as mãos pesadas do Deputado Pedro Henry, dos Deputados Dr. Antônio Azambuja e Airton Português, mas o Hilário tem se demonstrado amigo desse grupo político, do PP, mas também um grande companheiro do PR, que tem nos ajudado a fortalecer o Partido na terra do Deputado Dr. Antônio Azambuja.

PROJETO DE LEI:

**Institui o Disque-denúncia de Maus
Tratos aos Animais no âmbito do
Estado de Mato Grosso.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Institui no Estado de Mato Grosso o Disque-Denúncia de Maus Tratos aos Animais, para receber reclamações referentes à violência ou crueldade praticada contra os animais.

Parágrafo único Para cumprimento da presente lei, serão disponibilizados à população números telefônicos exclusivos para tal fim.

Art. 2º O Disque-Denúncia de Maus Tratos aos Animais deverá ser gratuito e manterá, a critério dos denunciantes, o direito ao sigilo absoluto sobre seus nomes e endereços.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Art. 3º As denúncias recebidas serão cadastradas, selecionadas e averiguadas a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Temos acompanhado, através da imprensa, o tratamento cruel que vem sofrendo vários animais em nosso Estado. Indefesos, estes animais necessitam de meios eficazes que os protejam.

Assim, a presente proposição oferece a criação do Disque-Denúncia de Maus Tratos aos Animais, que vai disponibilizar canais de denúncia à população, que muitas vezes tem conhecimento de casos que estejam ocorrendo, mas que não tem onde recorrer para denunciá-los.

Com a criação de um mecanismo para formalizar as denúncias e centralizá-las num mesmo setor, com o registro e o agrupamento das várias ocorrências, oferecemos à sociedade dados importantes, impondo às autoridades competentes a necessidade de apurar as denúncias e punir os seus responsáveis.

A presente proposição vai ao encontro de dispositivos legais da Constituição Federal (art. 225, VII); da Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/98, art. 32).

Por estas razões é que peço o apoio aos nobres Pares para a aprovação deste importante projeto de lei para todos os mato-grossenses.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR.

Dando sequência a um compromisso que fizemos com a AVA, Associação da Voz Animal, em defesa dos animais que muito representam para o equilíbrio do meio ambiente.

PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos fornecedores manterem amostra sem lacre dos produtos à venda para exame do consumidor.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º O fornecedor de produtos que contenham gravações fonográficas ou videográficas de jornais, revistas ou publicações, de brinquedos, jogos, artigos para divertimentos ou para esportes e produtos congêneres, cuja exposição para venda ao público deva ser feita de forma lacrada, ou não, deverá manter amostra de cada produto sem lacre, a fim de permitir o exame pelo consumidor.

Parágrafo único O disposto neste artigo não se aplica aos produtos cuja exposição para venda deva ser feita de forma lacrada, por força de lei ou por determinação da autoridade competente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Art. 2º Ficam isentos da obrigação prevista no art. 1º deste diploma legal os produtos que sejam de circulação diária, como jornais periódicos, casos em que a disponibilização de amostras para exame do consumidor inviabiliza a atividade econômica envolvida.

Art. 3º Eventual infração das disposições desta lei acarretará ao responsável infrator as sanções previstas no art. 56 da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - aplicáveis na forma de seus arts. 57 a 60.

Art. 4º O PROCON-MT, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado de Mato Grosso, fica instituído como órgão responsável pela fiscalização, regulamentação e execução desta lei.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A previsão legal que torna obrigatória a disposição por parte dos fornecedores de amostras sem lacre dos produtos à venda, para o devido exame e consulta dos consumidores antes da efetivação da compra, segue o disposto na Constituição Federal, mais especificamente em seu art. 5º, XXXII, que prevê a promoção da defesa do consumidor como sendo uma função do Estado.

A disponibilização de amostra dos produtos elencados pelo presente projeto possibilita ao consumidor a garantia do acesso ao conteúdo dos produtos, ao conhecimento de suas condições e a respectiva ciência do que está adquirindo.

Desta forma, a propositura legislativa tem o intuito de garantir o livre conhecimento dos consumidores antes da efetivação da compra, uma vez que a natureza dos produtos elencados por si só demanda uma análise prévia a respeito do conteúdo disponibilizado.

No que tange à competência legislativa, para a propositura do presente projeto de lei, ateste-se que o art. 24, Inciso VIII, da Constituição Federal, prevê a competência do Estado, concorrentemente com a União, para legislar acerca de questões de promoção da defesa dos direitos do consumidor.

Pelo exposto, comprovada a importância da proposição legislativa em voga para a promoção da defesa dos direitos do consumidor e a competência deste Poder Legislativo em legislar sobre a matéria abordada, peço o apoio aos nobres Pares para a aprovação desta importante propositura para toda a sociedade mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR.

Ao lado do Deputado Luizinho Magalhães, somos o Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte na Assembleia Legislativa e estamos com o Deputado Luizinho Magalhães apresentando projetos que possam resgatar, resgatar não, defender, proteger a parte frágil da relação de consumo que são os nossos consumidores.

PROJETO DE LEI:

**Institui o Programa de Aproveitamento
de Alimentos não consumidos e dá
outras providências.**

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS 08:00 HORAS.

Art. 1º Fica instituído o Programa Alimentos Saudáveis e Equilibrados, coordenado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, com o objetivo de combater o desperdício e minimizar o efeito da fome, permitindo assim que o maior número de pessoas tenha acesso a alimentos básicos e de qualidade, em quantidade suficiente a uma alimentação saudável e equilibrada.

Art. 2º Este programa deve possuir três eixos de atuação:

I - Fornecer alimentos e combater o desperdício;

II - Promover ações de consumo consciente e ações profiláticas junto às comunidades atendidas;

III - Propiciar trocas de receitas alternativas a fim de que se aproveitem os alimentos alternativos que possuem forte poder nutritivos.

Art. 3º Instituir os Bancos Alimentos diretamente ou por meio de entidades previamente cadastradas, conforme disposto na lei, às pessoas, aos grupos ou às famílias em estado de vulnerabilidade nutricional.

Parágrafo único O Programa terá como objetivo arrecadar junto às indústrias, às cozinhas industriais, aos restaurantes, aos mercados, às feiras, aos sacolões ou assemelhados, alimentos, industrializados ou não, preparados ou não, que por qualquer razão tenham perdido sua condição de comercialização, sem terem sido alteradas as propriedades que garantam condições plenas e seguras para o consumo humano, segundo órgão estadual competente.

Art. 4º A coleta e a distribuição dos alimentos doados deverão ocorrer em condições adequadas e devidamente autorizadas pela autoridade sanitária estadual ou municipal, mediante solicitação do doador.

Parágrafo único Poderão habilitar-se como doadores pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pelos estabelecimentos referidos no artigo anterior.

Art. 5º A coleta e a distribuição dos alimentos aos beneficiários, previstas no art. 1º, ocorrerão por meio de instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, previamente cadastradas, conforme critérios a serem definidos pelo Poder Executivo.

Parágrafo único As Instituições públicas ou privadas que promoverem a coleta e a distribuição de alimentos deverão informar periodicamente o número de pessoas e famílias atendidas com as doações, preservando a identidade das pessoas físicas beneficiadas.

Art. 6º O Poder Executivo fomentará o Programa, buscando racionalizar a coleta e a distribuição, devendo incentivar as ações previstas nesta lei nos municípios do Estado, que serão responsáveis pela sua execução.

Parágrafo único O Poder Executivo poderá celebrar convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas, objetivando a operacionalização das ações previstas nesta lei.

Art. 7º O Poder Executivo deverá promover campanhas de esclarecimento e estímulo à doação, à redução de desperdício, ao aproveitamento integral de alimentos e às demais atividades de educação para o consumo.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

O presente projeto de lei objetiva criar o Programa de Aproveitamento de Alimentos não consumidos, com a finalidade de otimizar a distribuição de alimentos para a população de baixa renda. Frisa-se, desde logo, que a lei em questão determina quais serão os critérios para que possa haver a distribuição de alimentos que as pessoas físicas e jurídicas que não mais utilizarão, aprimorando uma importante política pública de assistência social.

Afinal, o art. 3º da Constituição Federal de 1988, estabelece, expressamente, como um dos objetivos da República Federativa do Brasil a erradicação da pobreza e da marginalização. O inciso I do mesmo dispositivo constitucional, por sua vez, institui também como objetivo de nossa República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

Ora, verifica-se, claramente, que são objetivos complementares para a construção de um país tal como desejado pela Assembleia Nacional Constituinte que resultou na Constituição Federal de 1988, batizada pelo saudoso Deputado Ulisses Guimarães de Constituição Cidadã.

Nessa esteira, resta evidente que não haverá a concretização dos objetivos de nossa Constituição sem políticas públicas adequadas. É nesse contexto que o Projeto em questão se mostra de relevância ímpar, pois auxilia na erradicação da miséria, objetivo contido no inciso III, do art. 3º, bem como contribui para a criação de uma sociedade ainda mais solidária, objetivo previsto no inciso I, do mesmo dispositivo constitucional.

Cabe ressaltar que tais objetivos não devem ser perseguidos apenas pelo Poder Público, mas sim por toda a sociedade brasileira. Desse modo, nada mais oportuno que a criação de um banco de alimentos, com campanhas de incentivo às doações de pessoas físicas e, principalmente, pessoas jurídicas que possuem condições de auxiliar na erradicação da fome no território do Estado de Mato Grosso.

Estima-se que uma média de 30% de tudo o que se produz em solo brasileiro deixa de ser aproveitado devido a uma série de danos que os produtos sofrem ao longo da cadeia produtiva. Os problemas começam nas plantações e prosseguem nas gôndolas dos supermercados, barracas de feiras livres e até nas residências. É no varejo que o desperdício fica mais visível.

Isso é inadmissível em um país que possui enorme quantidade de pessoas que sequer consomem o mínimo necessário para uma vida saudável.

Além disso, o presente projeto está em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social - Lei Federal nº 8.742/1993 - que estabelece que: “A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”.

Conforme dispõe com clareza o texto do art. 1º da referida lei federal, a Assistência Social, além de dever do Estado e direito do cidadão, contém ações do Poder Público e da Sociedade, exatamente como propõe o presente projeto.

De resto, não há inconstitucionalidade ou ilegalidade constante nesta proposição, na medida em que não cria qualquer órgão, não cria gastos, não cria atribuição aos órgãos do Poder Executivo e tampouco dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos.

Por estas razões é que peço aos nobres Pares o apoio para a provação deste importante projeto de lei para toda a sociedade mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado René Barbour, 12 de abril de 2012.
Deputado EMANUEL PINHEIRO - PR.

É um combate ao desperdício, Sr. Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

O Art. 3º da nossa Carta Magna, que determina os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil, logo no seu inciso II determina que um desses objetivos é a erradicação da pobreza e da marginalização.

Nada marginaliza mais um cidadão, nada tenta mais contra a cidadania do que a fome e a miséria. Então, com esse projeto, queremos evitar o desperdício e fazer com que o que é desperdício para poucos se transforme em alimento para muitos.

Voltaremos a falar sobre essa matéria no momento oportuno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra o Deputado Wagner Ramos (TRANSFERE). Com a palavra o Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Sr. Presidente, Líder Deputado Romoaldo Júnior, Srs. Deputados.

Quero aqui, primeiramente, dar os parabéns ao nobre colega Emanuel Pinheiro, essa grande liderança, hoje fazendo aniversário. Quero que realmente Deus continue iluminando e abençoando Vossa Excelência, que seja essa pessoa corretíssima que temos aqui no Parlamento, um grande amigo e um exemplo de Deputado para a Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Quero agradecer a presença aqui de dois Vereadores, duas lideranças do meu Município de Sinop, o Vereador Pascoal e o Vereador Carlão Coca Cola, que estão presentes no plenário.

Sr. Presidente, ontem, debatemos e falamos sobre as MTs e volto aqui... Por incrível que pareça, depois de termos conversado aqui, recebi no meu gabinete duas solicitações, principalmente dos vereadores do Município de Santa Carmem, sobre a questão da MT-422.

Aqui estão os Vereadores Pascoal e Carlão Coca-Cola, que sabem das dificuldades das MTs. Está acabando a MT que interliga o Município de Sinop a Santa Carmem. Não está tendo manutenção, que é o que nós temos cobrado.

Como também aqui tinha passado ao Presidente Riva - e defendi o Presidente Riva - com a situação da Câmara Municipal de Santo Afonso, que me fez um ofício, como Deputado Estadual, os vereadores do município, e pediram:

“Exmº Sr. Deputado,

Ao tempo em que cumprimento, servimos do presente para, respeitosamente, solicitar de Vossa Excelência que, em nome do Município de Santo Afonso, efetue cobranças tempestivas ao Deputado Riva e ao Governador Silval Barbosa, que o Governador Silval Barbosa cumpra realmente a promessa feita junto à população de Santo Afonso na campanha política de 2010 de pavimentar a rodovia MT-240”.

Ele em sua campanha esteve no município prometendo que se ganhasse a eleição faria o asfalto e passaria aquela MT, interligando Santo Afonso, Tangará da Serra e Nova Olímpia. Então, o que pedimos... Quando o Secretário Arnaldo Alves de Souza Neto veio à Assembleia Legislativa disse que estaria passando para todos os Srs. Deputados as ações que faria nas MTs, se iria recuperar, se iria realmente fazer a interligação dos asfaltos. Mas esse trabalho e essa promessa do próprio Secretário Arnaldo Alves de Souza Neto não foi passada à Assembleia Legislativa, não me passou, como Deputado Estadual, e todos os dias vêm essa cobrança.

Eu fiz uma defesa ao Presidente Riva, quando os próprios vereadores falaram que o Presidente chamou o Governador Silval Barbosa para que fizesse o compromisso, porque ele é o Executivo, é ele que executa a obra e nós só temos a condição de indicar, de sugerir e de fazer cobrança.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Então, parabéns também ao Presidente Riva!
E fica aqui o apelo quanto às MTs do Estado de Mato Grosso, que infelizmente estão se acabando.

Apresento algumas proposições.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Concede Título de Cidadã Mato-Grossense a Senhora Ivana de Menezes.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com base no que dispõe o art. 26, inciso XXVIII da Constituição Estadual, resolve:

Art. 1º Conceder à Senhora Ivana de Menezes, o Título de Cidadã Mato-Grossense.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Ivana de Menezes é brasileira, nascida em 17/01/1973, natural do Município de Itabira, Estado de Minas Gerais, filha do Senhor José de Menezes e da Senhora Terezinha de Menezes, é formada em Medicina pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Aos 02 anos de idade mudou-se para Cuiabá, onde foi criada, estudou desde o Jardim de Infância até a faculdade. Deixou a nossa cidade apenas por 04 anos e meio para fazer Residência Médica em Anatomia Patológica na UNESP - Universidade Paulista em Botucatu/SP. Apesar de ter recebido convites para permanecer em São Paulo, fez questão de retornar a Cuiabá e trazer todo o conhecimento adquirido, a fim de melhorar a qualidade dos Diagnósticos Anátomo Patológico para a nossa cidade, necessidade esta, percebida desde a época da faculdade.

Retornou a Cuiabá em 2001, indo trabalhar no Laboratório São Nicolau, especializado em Anatomia Patológica, implementando novas técnicas, em especial a Imuno-histoquímica, exame este que tem como principal objetivo tornar mais preciso o diagnóstico do câncer e assim proporcionar tratamentos mais específicos aos pacientes. Atualmente é o único Laboratório do Estado de Mato Grosso a realizar o referido exame aqui mesmo em Cuiabá.

Paralelo ao serviço privado prestou concurso na Secretaria Estadual de Saúde de Mato Grosso, onde tomou posse em 2003 e atualmente acha-se lotada no Serviço de Verificação de Óbitos do Estado e no ano seguinte assumiu como Médica Patológica do Hospital Universitário Julio Muller, em concurso realizado pela UFMT, onde hoje em dia é Chefe do Setor de Anatomia Patológica.

É membro da Sociedade Brasileira de Patologia e Citopatologia, participando constantemente de Cursos e Congressos Nacionais e Internacionais, mantendo assim, atualizados os conhecimentos na área de atuação.

Vale ressaltar que o Laboratório São Nicolau, onde atua como Médica Patologista e Diretora Administrativa, é uma empresa amiga do meio ambiente, não liberando qualquer resíduo no meio ambiente sem antes neutralizá-los, a fim de preservar a natureza de nossa Cidade.

Destarte, por todas as razões apresentadas, por sua reconhecida capacidade profissional, por todos os relevantes serviços prestados, proponho a concessão do Título de Cidadã Mato-Grossense à senhora Ivana de Menezes, que indiscutivelmente merece todas as honras e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

respeito. Para tanto, apresento a proposição Legislativa e peço apoio dos nobres pares pela sua acolhida e merecida aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.
Deputado DILMAR DAL BOSCO - DEM.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, Carlos Luiz Milhomem de Abreu, a necessidade de disponibilizar resfriadores de leite para atender a Associação dos Produtores de Leite do Município de Juruena.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, Carlos Luiz Milhomem de Abreu, mostrando a necessidade de disponibilizar resfriadores de leite para atender a Associação de Produtores de Leite do Município de Juruena.

JUSTIFICATIVA

O Município de Juruena está localizado a 880km (oitocentos e oitenta quilômetros) da Capital do Estado, e tem como principal base econômica do município a pecuária com gado leiteiro e a agricultura de subsistência, largamente difundida. Região própria para o cultivo de culturas perenes, tais como o cacau, guaraná, seringueira, café e outros.

A indicação que ora propomos tem por finalidade atender a uma reivindicação dos associados da Associação dos Produtores de Leite que solicitam Resfriadores de Leite de 350 (trezentos e cinquenta), 500 (quinhentos) e 1.000 (mil) litros.

Os resfriadores de leite são equipamentos que possuem a finalidade de retirar o calor contido no leite, baixando a temperatura ao nível no qual a proliferação de bactérias se torna quase zero, mantendo a qualidade do leite por mais tempo.

A agricultura familiar é muito importante como forma de fixar o homem no campo e contribuir para geração de emprego e renda no município de Juruena, e nós, como representantes deste povo neste Parlamento acolhemos com grande empenho a reivindicação, pois acreditamos que os equipamentos solicitados sejam de grande importância e necessidade, não só para a classe produtora, mas também para toda a sociedade do município.

Diante do exposto, e considerando a importância do assunto em questão, apresentamos a presente indicação para pedir a colaboração dos nobres colegas Deputados na aprovação da presente matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.
Deputado DILMAR DAL BOSCO - DEM.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso, Theodoro Moreira Lopes, a necessidade de implantação de redutores de velocidade e sinalização de trânsito completa no Município de Feliz Natal.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Governador de Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Presidente do Departamento Estadual de Trânsito de Mato Grosso, Theodoro Moreira Lopes, mostrando a necessidade de implantação de redutores de velocidade e sinalização de trânsito completa no Município de Feliz Natal.

JUSTIFICATIVA

O Município de Feliz Natal está localizado ao Norte do Estado, a 528km (quinhentos e vinte e oito quilômetros) da Capital, com sua população levantada pelo IBGE no ano de 2010 em 10.990 (dez mil novecentos e noventa) habitantes, em um extensão territorial de 11.448km² (onze mil quatrocentos e quarenta e oito quilômetros quadrados).

A presente indicação visa atender a um clamor da população da cidade de Feliz Natal, conforme documento a nós encaminhado pelos Vereadores Silvio J. da Silva e Jocimar S. da Silva, preocupados com o bem estar dos moradores que transitam pelas ruas do referido município. Solicitam a implantação de redutores de velocidade nas vias expressas, bem como sinalização completa de trânsito em frente às escolas e avenidas.

Somos sabedores dos inúmeros acidentes causados pela falta de sinalização de trânsito no município supracitado, principalmente na Avenida Perimetral Norte onde tem ocorrido muitos acidentes com vítimas fatais, por falta das devidas sinalizações.

A cidade de Feliz Natal encontra-se muito deficitária no que diz respeito à sinalização de trânsito, tanto na vertical como na horizontal, pois as poucas ruas sinalizadas já perderam suas placas em virtude da ação do tempo, bem como, pela ação de vândalos que existem em todas as cidades de nosso Estado.

A sinalização se faz necessária, tendo em vista que o objetivo é zelar pela vida dos motoristas e pedestres que transitam pelas ruas do município.

Pelo exposto, apresentamos essa reivindicação e pedimos a colaboração dos nobres Pares na sua aprovação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado DILMAR DAL BOSCO - DEM.

INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Silval Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Vander Fernandes, a necessidade de instalação de um Hospital Regional no Município de Juína.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado o presente expediente ao Exmº Sr. Governador do Estado, Silval da Cunha Barbosa, com cópia Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, Vander Fernandes, mostrando a necessidade de instalação de um Hospital Regional no Município de Juína.

JUSTIFICATIVA

O Município de Juína conta com uma população aproximada de 39.300 (trinta e nove mil e trezentos) habitantes, é distante 720km (setecentos e vinte quilômetros) da Capital, em uma extensão territorial de 26.351km² (vinte e seis mil trezentos e cinquenta e um) quilômetros quadrados.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

A presente indicação visa atender reivindicação do vereador Sr. João Batista Leite Gomes e de toda população juinense, mostrando a necessidade de instalação de um Hospital Regional em Juína, com o objetivo de atender todos os municípios do Vale do Juruena.

A saúde pública precisa ser descentralizada, pois o modelo de saúde adotado pelo Governo tem causado o aumento de despesas com o transporte de pacientes, alimentação e hospedagem, centralizando os exames de média e alta complexidade na Capital do Estado.

Os pacientes do interior ainda correm o risco de chegar na Capital e não realizarem a consulta ou exame, ora porque o médico faltou, está de greve ou o aparelho quebrou. Com estes problemas os pacientes retornam ao seu município de origem, tendo o investimento do poder público municipal sido em vão com a locomoção.

A questão da saúde é polêmica em nosso País e principalmente em cidades do interior que os pacientes têm que se deslocarem muitos quilômetros para conseguir um tratamento adequado, com equipamentos mais modernos e profissionais qualificados, no entanto, quando chegam ao destino encontram o caos na saúde em decorrência da superlotação de pacientes, insuficiência de médicos e enfermeiros e o mais preocupante é o número de leitos reduzido.

E nós, como representantes deste povo neste Parlamento, acolhemos com grande empenho esta reivindicação, devido à importância e relevância que o assunto impõe, certos de que a medida contribuirá com melhores condições de vida para toda a população.

Por estas razões é que pedimos o acolhimento dos nobres colegas pela aprovação da matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado DILMAR DAL BOSCO - DEM.

MOÇÃO DE APLAUSO: Com fundamento no que dispõe o Regimento Interno deste Poder, requeiro a Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhada Moção de Aplauso ao Município de Dom Aquino, nos seguintes termos:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, através dos senhores Deputados que a compõe, vem apresentar Moção de Aplauso ao Município de Dom Aquino pela passagem do seu aniversário no próximo dia 14 de abril de 2012.

JUSTIFICATIVA

O Município de Dom Aquino está localizado a aproximadamente 160km da Capital.

Inicialmente, a região que compreende o município era habitada por índios da etnia Bororos. O povoado começou a se formar na década de 1920, quando a localidade começa a servir como passagem obrigatória para comerciantes e faiscadores procedentes de Chapada dos Guimarães, que partiam rumo aos garimpos de Guiratinga e Poxoréo. Atraídos pela ideia de encontrar ouro e diamante, os faiscadores passavam pelo local, que servia de acampamento devido à proximidade com o riacho Mutum, primeiro nome dado à região.

O município de Mutum foi criado pela Lei Estadual nº 1.196, de 22 de dezembro de 1958. Somente alguns anos depois é que foi criada a Lei Estadual nº 2.492, de 24 de setembro de 1965, de autoria o Deputado Walderson Coelho, que determinou a alteração do nome do município de Mutum para Dom Aquino, em homenagem ao Arcebispo Dom Francisco de Aquino Corrêa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

O garimpo, que foi o responsável pela formação da cidade, praticamente inexistiu nos dias de hoje. A economia diversificou-se e atualmente está baseada na pecuária leiteira. Na produção agrícola, o município é o centro produtor de látex e os canaviais que fornecem matéria-prima para as usinas Jaciara e Pantanal em Jaciara, complementam o leque das atividades mais importantes.

Diante desta relevante data de aniversário, não poderíamos deixar de externar nossas congratulações ao Município de Dom Aquino, razão pela qual registramos essa singela homenagem nesta Casa de Leis, com a presente Moção de Aplauso.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado DILMAR DAL BOSCO - DEM.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Deputado Dilmar Dal Bosco, falei com o Deputado Luizinho Magalhães e já vou confirmar para Vossa Excelência que na terça-feira traremos o relatório do Secretário Arnaldo Alves de Souza Neto com o levantamento de todo o Estado de Mato Grosso.

Informo a Vossa Excelência que em relação às pavimentações novas estamos aguardando apenas o *o.k.* do BNDES para o financiamento Mato Grosso Integrado, pois é a intenção do Governador ligar os últimos quarenta e quatro municípios do Estado que faltam ser pavimentados durante o seu Governo.

Então...

O Sr. Riva - Solicito a palavra, Pela Ordem, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ouvi atentamente algumas falas a respeito de recuperação de estradas e de emendas.

Ontem, tive a oportunidade de conversar com o Governador e cobre uma posição mais clara e o Governador garantiu que as emendas vão acontecer dentro do previsto.

Em relação às estradas, preocupa-me porque estamos em abril e eu disse que ao Governador que gostaríamos de ter esse plano de ação do Governo, que tem que iniciar imediatamente em todas as regiões do Estado.

Infelizmente, os consórcios não funcionaram. O Governador informou que fará um programa, que deve anunciá-lo nos próximos dias, e eu disse a ele que era importante que ele convocasse o Colegiado, através de Vossa Excelência que é o Líder do Governo, para informar-nos sobre essas ações, como por exemplo: óleo diesel e peça para máquina.

Eu acho que nós temos que fazer uma força-tarefa neste Estado. Existe uma angústia muito grande de todas as regiões. O Deputado Baiano Filho, que anda pelo Araguaia, sabe disso; nós, o Deputado Adalto de Freitas, Vossa Excelência, os Deputados do Nortão e eu, conhecemos a realidade do Nortão; e assim sucessivamente em todas as regiões.

O Governo tem que fazer uma força-tarefa e tem que começar ontem. Não dá para perdermos mais tempo. Agora não dá para começarmos a planejar agora. Nós tivemos quatro meses de chuva. Não é possível que isso não esteja planejado.

Então, Vossa Excelência, como Líder do Governo, Deputado Romoaldo Júnior, tem que se reportar ao Governador, de hoje para amanhã, para que o Governador coloque esse plano de ação até terça-feira na mesa para que os Deputados possam o ajudar, porque ninguém conhece mais a realidade deste Estado do que nós Deputados que andamos pelo Estado. É realmente

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

preocupante. Não adianta tapar o sol com a peneira. Se nós ficarmos aqui jogando confete, não vamos ajudar o Governador.

A realidade é que vereadores, prefeitos, lideranças do Estado estão apreensivas em relação à situação de estrada e em relação das rodovias pavimentadas e esburacadas.

Eu ouvi de um Secretário de Tocantins uma informação - aquilo que defendemos sempre. Poxa vida, será que é tão difícil preparar cinco equipes de tapa-buraco para agir no período da chuva? Quantas vidas nós teríamos salvados e quantas nós podemos salvar? É possível manter as rodovias de Mato Grosso sem um buraco durante as chuvas. Sabem quanto custa isso? Rondônia disse que com duzentos mil de material trabalhou as águas inteiras tampando buracos nas rodovias. Muito pouco! É falta de iniciativa, e nós temos que cobrar.

Eu não acredito que a SEPTU não dava conta de ter duas, três, quatro, cinco equipes fazendo operação tapa-buraco. Só tem um jeito de ajudar o Governo, cobrando do Secretário e pedir ao Governador que cobre uma posição do Secretariado para que coisas desse jeito não seja preciso que os Deputados debatam em tribuna.

É fácil fazer um plano de ação para tapar buracos.

Tem cidades que dá gosto de ir, não tem um buraco no asfalto. O prefeito passa as águas inteiras tampando buraco das ruas. Tem cidades que dá vergonha de entrar, o prefeito não se mexe, não compra um caminhão de emulsão para tapar buracos. E, como morrem pessoas, como morreu o amigo do Deputado Zeca Viana, morreu um compadre meu por causa de um buraco na rodovia, temos que ficar aguentando a cobrança da família, da base, e com plena razão. Não justifica, é uma operação muito barata. “Ah, mais essa rodovia já está licitada.” Chama a empresa e fale: “Está licitada, haja. Faça uma operação de tapa-buraco até que faça a recuperação total.”

Então, é inevitável que o Colegiado converse com o Governador, daqui até terça-feira, para nós elaborarmos um plano de ação para que no próximo ano entremos preparado.

Que a SEPTU tenha uma equipe, duas, três, quatro, cinco; uma em cada região, Deputado. Se nós temos quinze consórcios, que tenhamos quinze equipes. Não tem problema. O que vai gastar para montar isso? A vida custa tão pouco? Não custa tão pouco! A vida não tem valor, é inestimável o valor. Quer dizer, nós precisamos agir nessas frentes. Pedi ao Governador e ele me deu ontem muita esperança de que agirá, de que anunciará esse plano de ação.

Então, quero pedir a Vossa Excelência, como líder, que converse com o Governador de hoje para amanhã para que, na próxima terça-feira, possamos nos reunir e discutir essas questões que são inadiáveis, inadiáveis! A questão das estradas e do asfalto esburacado é inadiável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Obrigado Presidente, Deputado Riva! Já estamos tomando providências junto ao Secretário Arnaldo Alves de Souza Neto desde ontem, no sentido de trazer esse esclarecimento.

Com a palavra, o nobre Deputado Mauro Savi.

O SR. MAURO SAVI - Sr. Presidente, nobres Pares, imprensa e assistência, hoje falarei de um assunto que não só preocupa todo o Estado, mas também aqueles que estavam nesta Casa, que estão nesta Casa e que deram o crédito de confiança na questão da contratação das OSs. Hoje nós temos a clara evidência de que estávamos certos. Eu, a princípio, fui contra, depois dei um crédito de confiança ao Governo, à Secretaria de Saúde, mas, infelizmente, hoje vemos que estão acontecendo casos que têm nos deixado muito mais preocupados do que a questão de pagar os municípios.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Citarei o que aconteceu ontem em Colíder, Deputado Nilson Santos. A Fibra nos levou embora cinco milhões de reais e abandonou a tua cidade. Cinco milhões sumiram! Parece que de hoje para amanhã colocarão outra OS lá que também está no Estado. Mas o que mais me causa preocupação, Sr. Presidente e Líder do Governo, é que não é só lá não. Cito também o nosso município, Deputado. O nosso município gastou no Hospital Regional de Sorriso, no ano passado, trinta e um milhões. Aí entrou agora uma empresa chamada INDSH-Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - proprietário, o Sr. José Cléber Costa; Diretor, Sr. Mauri Damer - por quarenta e oito milhões, dezessete milhões a mais. Está operando lá, Deputado Nilson Santos, há mais ou menos trinta dias, e já tem uma predisposição já listada de mandar embora dos quatrocentos e vinte e seis funcionários, baixar para trezentos.

Procedimentos. Cito só um de mamografia. Foram feitos no ano passado novecentos procedimentos. Já está pré-programado para trezentos, com dezessete milhões a mais.

Citarei aqui, Sr. Presidente, dois casos só: uma senhora de oitenta anos com um procedimento de fêmur, que é caro, hoje a prótese é cara, encaminharam para Cuiabá; um procedimento de pele, cuja ampola custa mil reais - quarenta e oito milhões, estou falando -, custa mil reais e encaminharam para Cuiabá.

Estou muito preocupado, Deputado Adalto de Freitas, porque, se uma gerenciadora assume um órgão do Estado tão importante, que é a questão da saúde, principalmente dos regionais, com dezessete milhões a mais - a primeira já deu calote e foi embora de Colíder -, com dezessete milhões a mais e não faz o procedimento que, ao ver de muitos, antes os hospitais eram incompetentes, tanto é que implantaram esse sistema, pela incompetência de quem fazia... O Hospital de Diamantino, que atingiu este mês 70% da meta, quer receber os cem e receberá os cem. Aí o município igual à Poxoréo, menor, aceitou receber o que fez. E é o correto!

Senhores, estou muito preocupado, muito preocupado com essa questão, tenho certeza de que, se nós não tomarmos uma medida urgente, dará mais problemas. O hospital de Sorriso, Deputado Adalto de Freitas, é quatro milhões por mês. Eu não sei qual foi a maneira de verificar quem ganhou a licitação, mas uma pessoa ganhou a licitação, igual à Fibra ganhou a do Regional de Colíder, e o polo, se não me engano, são dezenove municípios, e, de repente, com um mês e meio, dois meses, saca do Estado cinco milhões e vai embora!

Então, preocupa-me muito isso, esses números aqui podem ser contestados, mas estão inscritos nos papéis da Secretaria de Saúde.

Municípios iguais Cotriguacu, Colniza e Juruena, não receberam ainda dezembro! Juruena, se não me engano, está com duzentos e setenta e oito mil de repasse. Fora as estradas, fora as outras questões. Hoje a preocupação muito grande é na saúde. Espero que o Secretário que está lá hoje, que é o Vander, tome providências, vá até os hospitais, verifique como é que está o compromisso do contrato. Não vai adiantar tirar as pessoas das filas e continuar encaminhando para Cuiabá. Houve um compromisso que foi feito e pago em dinheiro.

Muito obrigado a todos. Os dados estão comigo. Se alguém estiver interessado, está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Deputado Mauro Savi, só a título de esclarecimento, em Colíder e Alta Floresta não foram sacados os cinco milhões. A Empresa Fibra, no primeiro mês de sua gestão, recebeu o valor equivalente a um mês e não efetuou o pagamento dos médicos. A Secretaria, de pronto, requisitou, junto ao Tribunal de Contas, formalizou a denúncia, e a empresa pagou na última segunda-feira os médicos. E ontem ela foi

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

afastada, e o Governo colocou o IAPAS, que hoje administra o Hospital de Rondonópolis, para fazer o gerenciamento dos hospitais.

Quero ser testemunha, junto com o Deputado Nilson Santos, da melhora que já aconteceu no Hospital de Colíder e que também já está acontecendo em Alta Floresta.

Concordo com o senhor na questão de Sorriso, a empresa assumiu lá no último dia 02, e nós temos que ficar apenas atentos, monitorando o dia-a-dia do atendimento, do objeto pactuado, se está atingindo os seus objetivos. Nós também não podemos denunciar aqui uma empresa que não conhecemos, até porque tem dez dias que ela assumiu aquele hospital.

Agora, eu quero dar um testemunho de que onde as OSs têm feito as ações, como Rondonópolis, Cáceres, Colíder ou a própria Alta Floresta, que é a minha região, há melhora acentuada e já se verifica a satisfação da população quanto aos atendimentos. Nós temos muito tempo, o Metropolitano é um exemplo disso.

Eu quero aqui dar os parabéns ao Secretário Vander, que, de imediato e de pronto, quando surgiu a denúncia que não pagou os médicos, afastou a empresa. Eu acho que isso é gestão, a Secretaria não está admitindo erro e falha, o Governador apostou muito nesse novo modelo de gerenciamento de hospital na região oeste e nós não podemos admitir falha. Quando detectou a falha, não pagou a conta, de imediato afastou a empresa.

Quero esclarecer que não foram pagos cinco milhões, apenas o mês de fevereiro que foi efetuado no mês de março. Ela não efetuou o pagamento e, de pronto, foi afastada.

Quanto à questão de Sorriso, eu acho que junto com os Deputados do norte, Vossa Excelência pode contar conosco no sentido de acompanhar e monitorar essa empresa que não conhecemos. Porque o volume de recursos aportados nesse contrato é maior do que o hospital recebia.

Então, tem que melhorar e muito o atendimento lá, senão, não justifica ter OS.

Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Sr. Presidente, só para ser solidário ao Deputado Mauro. Também, estamos juntos nessa luta, porque influência e muito a nossa região o Hospital Regional de Sorriso. Infelizmente, a maioria dos procedimentos que teria que ser de responsabilidade das OSs não está sendo feito e estão encaminhando realmente para a Capital.

Por exemplo, é vergonhosa a situação da saúde pública do Município de Sinop e de toda região com o Hospital paralisado desde 2008. Não se providencia nada. O próprio Ministro Alexandre Padilha não fez a parte do Governo Federal, mas o município, também, não fez nada. Fez, sim, em campanha eleitoral, como fará novamente.

Lá, agora, também, terá OS, terá licitação e me preocupa muito essa situação. Os vereadores vieram aqui acompanhar a licitação.

É preocupante quando o município faz licitação desse novo modal e não dá respaldo à sociedade e encaminha como está fazendo hoje.

Aconteceu, ontem, um caso no P.A. de Sinop, por exemplo: a pessoa estava pelo SUS, tiraram do P.A. e a colocaram em um hospital particular, mas a família não tem condições de pagar a cirurgia que custa noventa mil reais. Nós estamos tentando encaixar, encaminhar esse paciente para ser atendido pelo SUS, em Cuiabá.

É vergonhosa a saúde pública no interior do Estado de Mato Grosso. Nós temos que nos preocupar, porque demos todas as possibilidades; demos carta branca e crédito ao Governador Silval Barbosa, ao ex-Secretário Pedro Henry e, também, ao Secretário de Saúde, hoje, Sr. Vander Fernandes, que está fazendo um bom trabalho na Secretaria. Nós demos crédito e

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

esperamos que realmente façam com clareza para que a sociedade não pague um preço caríssimo pela saúde pública do Estado de Mato Grosso, que é de obrigação dos governantes.

Nós passamos por uma nova gestão, um novo modal, por meio das OSs, mas que não se torne rotina mandar as cirurgias para a grande Capital, porque, muitas vezes, estaremos inchando os Prontos-Socorros, que não têm qualidade, e prejudicando muito o bom andamento da saúde do Município de Várzea Grande e do Município de Cuiabá.

Então, deixo aqui a minha preocupação, também, com a OS de Sinop. Era isso que eu queria ponderar.

Estou junto com o Deputado Mauro Savi nessa defesa, como Vossa Excelência também o fez.

É só isso e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (ROMOALDO JÚNIOR) - Com a palavra, o ilustre Deputado Valdizete Nogueira.

Eu gostaria de cumprimentar meu amigo pessoal, ilustre e digníssimo Vereador de Sinop, Paschoal Gimenes Hidalgo, Paschoal da Cerâmica, que está aqui presente; e, também, o Vereador Carlos Hailton Ribeiro Leite, o Carlão Coca-Cola.

Em nome da Mesa Diretora, dos Deputados, eu saúdo os Vereadores aqui presentes e dou boas-vindas aos representantes dessa belíssima cidade do Nortão, que é Sinop.

Com a palavra, o Deputado Valdizete Nogueira.

O SR. VALDIZETE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa.

Eu só quero acompanhar o raciocínio do Deputado Mauro Savi quanto à preocupação com Colíder especificamente.

Se uma empresa ganhou a licitação e não paga os funcionários, como tem dinheiro público estadual, federal, tem que colocar a Polícia Federal para resolver isso. Porque é um absurdo o cara receber dinheiro e não atender.

O mais grave é que era um consórcio redondo, bonito, em Colíder, que estava atendendo todas as complexidades e aconteceu realmente essa situação.

Na época, o Deputado Pedro Henry disse que seria melhor e nós esperamos. Eu tenho certeza que eles terão a capacidade de resolver isso. Estamos esperando muito isso.

Ainda, Sr. Presidente, para apresentar uma Indicação:

Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, Silval Barbosa, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, Diógenes Curado, a necessidade da designar um Delegado de Polícia para o Município de Jaciara

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Segurança Pública, Diógenes Curado, mostrando a necessidade da designar um Delegado de Polícia para o Município de Jaciara.

JUSTIFICATIVA

Justifica-se a presente Indicação tendo em vista a necessidade da designação, em caráter de urgência, de um Delegado de Polícia titular para a Delegacia de Jaciara, pois a mesma atende, além de Jaciara, os Municípios de Juscimeira e São Pedro da Cipa que se encontram sem delegado e sendo atendidas por delegados de Rondonópolis.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Os Municípios de Jaciara, Juscimeira e São Pedro da Cipa estão na mesma jurisdição e atualmente estão sendo atendidos pelo polo de Rondonópolis. Ocorre que esses municípios somam uma população de aproximadamente cinquenta mil habitantes e ficam à mercê da falta de segurança por não contarem com um Delegado de Polícia em tempo integral.

Essa situação, além dos vários transtornos ocorridos nos municípios, tem trazido, também, um desconforto enorme a toda população que sofre todos os dissabores da insegurança. Muito embora essa localidades apresentem um índice baixo de criminalidade, temos que ressaltar que os crimes de pequena monta (assaltos a residências, pequenos furtos em comércios e etc.) vêm ocorrendo com maior frequência desde que Jaciara ficou sem Delegado de Polícia e passou a ser atendida por delegados de outro município, conforme já destacado.

Os delegados que atendem a Delegacia de Jaciara são oriundos do polo regional de Rondonópolis, município com uma população próxima a duzentos mil habitantes e com um índice de criminalidade elevado, fator predominante para que a cidade tenha maior atenção. Além do mais, Rondonópolis está distante de Jaciara 70km e na maioria das ocorrências em sempre o delegado designado consegue atender de imediato, pois precisa se deslocar de Rondonópolis para Jaciara, fato que dificulta, às vezes, até o desenrolar e a conclusão dos casos ocorridos.

Desta forma, importante se faz a designação, com urgência, de um Delegado de Polícia titular para a Delegacia de Jaciara com vista a atender toda a demanda daquela jurisdição e dar tranquilidade à população que sofre com a insegurança.

Por estas razões, apresentamos a presente Indicação para aprovação dos nobres Colegas Deputados e, por conseguinte, solicitamos que seja encaminhada ao Poder Executivo para as devidas providências, atendendo, assim, os anseios da sociedade mato-grossense.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado VALDIZETE NOGUEIRA - PSD.

Sr. Presidente, os Delegados que atendem os Municípios de Jaciara, de Juscimeira e de São Pedro da Cipa, hoje, são de Rondonópolis que tem uma população para atender de duzentos mil habitantes. Então, nós estamos vivendo um momento, em Jacira, de bastante preocupação.

Há um momento grave, Deputado Emanuel Pinheiro, uma situação muito difícil.

Na semana passada, há uns quinze dias, houve um assassinato em Jaciara: uma pessoa foi degolada e colocaram o seu corpo na frente da sua casa, mas até hoje não se iniciou a investigação. O que tem lá é alguma coisa que a Polícia Militar fez.

Teve outro cidadão que trabalhava na Companhia de Água, Deputado Luizinho Magalhães, que foi assassinado a paulada e sequer foi iniciada a investigação, Deputado Ezequiel Fonseca, que está sempre na região.

Então, é uma situação de muita gravidade Municípios como de Jaciara, Juscimeira, Dom Aquino e São Pedro da Cipa não terem um Delegado de Policia. Nós não temos Delegado de Polícia! O Delegado que estava lá foi acusado de assassinato pelo Ministério Público há poucos dias e foi afastado do cargo. Ele era Delegado que já vinha com problema de Paranatinga. Então, não tem Delegado na região do Vale de São Lourenço. Olhem o tamanho da gravidade!

(O SR. DEPUTADO DILMAR DAL BOSCO ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09:55 HORAS.)

O SR. VALDIZETE NOGUEIRA - Dias atrás faleceu uma criança que eu vi nasce e crescer. Essa criança ficou com o corpo jogado no asfalto. Morreu no choque de um ônibus com uma moto. Esse corpo ficou quatro horas jogado no asfalto porque não tinha um delegado para fazer o BO e não poderia tirar o corpo dali. Eu disse para a família: olha, o delegado tem autonomia para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

nomear o médico legista para tirá-lo dali. Se o Delegado não estiver, ligue para a juíza; se a juíza não estiver, ligue para o promotor. O delegado não estava lá. Não tinha delegado. A juíza estava... (TEMPO ESGOTADO).

Mais um minuto, Sr. Presidente.

...A juíza estava viajando.

E aí, Deputado Ezequiel Fonseca, conseguimos remover esse corpo para Rondonópolis. Nesse traslado para Rondonópolis, porque estava trancada a 364, teve que ir pelo Prata, pela estrada de chão 100Km. Então, da hora do acidente, que foi às 11:00 horas, até se fazer o laudo e liberar esse corpo para ser velado, foram quase vinte horas de estrada para lá e para cá em hospital, porque não tinha um delegado para nomear um perito.

Isso é um absurdo! É uma estupidez o que está acontecendo! É grave!

Eu queria que os Srs. Deputados que estão sempre ali atentassem para isso: Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Ezequiel Fonseca, Deputado Luizinho Magalhães e o próprio Presidente, Deputado Riva. Que possamos procurar o Governador para que tome uma decisão imediatamente.

O caso do Roniscley foi absurdo. O cara o matou porque ele combatia a questão da droga. O cara o matou em frente à casa do pai dele e colocou o corpo lá. Degolou o rapaz.

Mas até hoje, Deputado Ezequiel Fonseca, não tem uma investigação policial, porque não tem Delegado de Polícia na cidade. Tudo que é feito lá é feito pela Polícia Militar. Então... E Vossa Excelência sabe que a Polícia Militar tem suas limitações.

Eu queria que Vossas Excelências abraçassem essa causa, porque é uma causa nobre. É a sociedade! São quase cem mil eleitores no Vale do Lourenço que estão abandonados pela Polícia Civil e que não têm um Delegado.

Então, eu queria que Vossas Excelências abraçassem esta Indicação que não é minha, mas de todos nós aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Pelas inscrições, ainda, há três inscritos, mas, devido ao horário, nós já vamos entrar na Ordem do Dia.

Então, gostaria que os Senhores Deputados apresentassem suas indicações à Mesa.

Estão inscritos os Deputados Adalto de Freitas, Dr. Antônio Azambuja e Zeca Viana.

Nos termos do art. 118, § 1º, foram apresentadas proposições de autoria dos Srs. Deputados:

ADALTO DE FREITAS

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde a necessidade de se contratar fonoaudiólogo e fisioterapeuta para a APAE do Município de Barra do Garças.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Saúde, mostrando a necessidade de se contratar fonoaudiólogo e fisioterapeuta para a APAE do Município de Barra do Garças.

JUSTIFICATIVA

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Tem como finalidade a presente Indicação demonstrar ao Exmº Sr. Secretário de Saúde do Estado a necessidade de se contratar fonoaudiólogo e fisioterapeuta para a APAE do Município de Barra do Garças.

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) tem como princípio promover a inclusão e valorização dos deficientes e tem um papel fundamental na sociedade, pois proporciona melhor qualidade de vida e inclusão social aos portadores de deficiência.

É de fundamental necessidade a contratação de fonoaudióloga na APAE uma vez que o profissional desempenha a função de prevenir alterações de fala, escrita, voz, audição e motricidade orofacial (sucção, mastigação e deglutição), além de promover e aprimorar a comunicação oral, gráfica e/ou alternativa dos alunos facilitando a adaptação social do aluno.

A mesma importância tem o fisioterapeuta uma vez que busca a prevenção, cura ou reabilitação da capacidade física dos deficientes, em qualquer idade, buscando a qualidade de vida e autoestima dos pacientes.

Por tudo isso, requeremos, pois, à Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa que encaminhe a presente Indicação para análise e tomadas de providências.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado ADALTO DE FREITAS - PMDB.

2ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, a necessidade de se disponibilizar 1 (um) ônibus para a Escola Técnica (SECITEC) do Município de Barra do Garças.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, mostrando a necessidade de se disponibilizar 1 (um) ônibus para a Escola Técnica (SECITEC) do Município de Barra do Garças.

JUSTIFICATIVA

Tem como escopo a presente Indicação demonstrar ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia a necessidade de se disponibilizar 1 (um) ônibus para a Escola Técnica (SECITEC) do Município de Barra do Garças.

Justifica tal Indicação o fato de que os alunos da referida Escola Técnica não possuem meio de locomoção para os estudos técnicos e outras atividades extras, fora da sala de aula, gerando grande prejuízo intelectual aos mesmos.

Por tudo isso, requeremos à Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa que encaminhe a presente Indicação para análise e tomadas das providências necessárias.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado ADALTO DE FREITAS - PMDB.

3ª) INDICAÇÃO: Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Educação a necessidade de reforma e ampliação da Escola Estadual Valdir Bento da Costa, no Distrito de Veranópolis, Município de Confresa.

Nos termos do art. 160 e seguintes do Regimento Interno, requero à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que encaminhe expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

de Estado de Educação, mostrando a necessidade de reforma e ampliação na Escola Estadual Valdir Bento da Costa, no Distrito de Veranópolis, Município de Confresa.

JUSTIFICATIVA

Tem como escopo a presente Indicação demonstrar ao Secretário de Educação a necessidade de reforma e ampliação da Escola Estadual Valdir Bento da Costa, no Distrito de Veranópolis, Município de Confresa.

A Escola Estadual Valdir Bento da Costa foi inaugurada no ano de 2010 e atende aproximadamente 500 alunos dos Ensinos Fundamental, Médio e EJA.

O prédio em que a unidade de ensino funciona é alugado e enfrenta uma série de problemas de infraestrutura, entre eles a falta de cadeiras e mesas. Alguns alunos chegam a ficar com os cadernos nas pernas; as salas de aula não têm forro e nem ventiladores; os estudantes são obrigados a enfrentar altas temperaturas da região que variam nos dias mais quentes entre 35° e 39° C.

Outro problema na escola é uma cisterna que fica no pátio da escola e está coberta com tábuas em péssimas condições, o que coloca em risco a vida dos alunos que costumam brincar no pátio na hora do intervalo.

Por tudo isso, requeremos à Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa que encaminhe a presente Indicação para análise e tomadas de providências.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado ADALTO DE FREITAS - PMDB

4ª) REQUERIMENTO: Com fulcro no art. 177 do Regimento Interno, requeremos à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, que solicite ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia informações acerca da reforma e ampliação do IFMT do Município de Barra do Garças.

JUSTIFICATIVA

Há mais de quatro anos existe o projeto de reforma e ampliação do IFMT do Município de Barra do Garças. E se tem notícias, inclusive, que fora liberada uma parte da verba para a realização das obras.

Atualmente, o que se vê é que o material destinado para reforma e ampliação já está disponível no local perecendo ao tempo sem que a obra inicie.

Assim como o material para a reforma, há equipamentos novos destinados a dar mais eficiência e qualidade ao aprendizado dos alunos da antiga Escola Técnica sem a devida instalação.

Por tudo isso, requeremos à Mesa Diretora desta Assembleia Legislativa que encaminhe o presente Requerimento ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, solicitando informações acerca da reforma e ampliação do IFMT do Município de Barra do Garças.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado ADALTO DE FREITAS - PMDB.”

ROMOALDO JÚNIOR

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

1ª) INDICAÇÃO: “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana a necessidade de se viabilizar recursos para a pavimentação asfáltica do Município de Vera.

Nos termos do art. 160 do Regimento Interno desta augusta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de expediente indicatório ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, mostrando a necessidade de se viabilizar recursos para a pavimentação asfáltica do Município de Vera.

JUSTIFICATIVA

Esta solicitação tem por objetivo atender ao apelo dos moradores do Município de Vera que reclamam das péssimas condições de tráfego ao qual estão submetidos.

Solicitamos atenção especial da Secretaria de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana (SETPU) para a viabilização do referido recurso.

Contando com apoio dos meus Pares desta Casa de Leis, faço esta Indicação.

Plenário das Deliberações Deputado Renê Barbour, 12 de abril de 2012.

Deputado ROMOALDO JÚNIOR - PMDB.”

Encerrado o Pequeno Expediente, decorrido o prazo regimental do Grande Expediente, passamos à Ordem o Dia.

Na Ordem do Dia, Indicações de autoria dos Deputados Valdizete Nogueira, Romoaldo Júnior, Dilmar Dal Bosco e Adalto de Freitas.

Em discussão as Indicações. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco, endereçada ao Município de Dom Aquino pela passagem do seu aniversário no próximo dia 14 de abril.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Resolução nº 297/11, de autoria do Deputado Sérgio Ricardo, que concede Comenda Atleta Mato-grossense ao Presidente da Federação Mato-grossense de Voleibol, Sr. Nicanor Lopes dos Reis Filho. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 132/11, de autoria do Deputado Nilson Santos, que dispõe sobre a política de diagnóstico e tratamento da depressão pós-parto nas redes pública e privada de saúde, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Como o Projeto já é do conhecimento de todos, procederemos à apreciação apenas do 1º e último artigos.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Art. 7º (LIDO). Em discussão o artigo 7º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 196/11, de autoria do Deputado Walter Rabello, que institui no Estado de Mato Grosso a campanha anual de estímulo a denúncias de estabelecimento comerciais que vendem bebidas alcoólicas e cigarros a crianças e adolescentes. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Como o Projeto já é do conhecimento de todos, procederemos à apreciação apenas do 1º e último artigos.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Por não ter sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Encaminhe-se o Projeto ao Expediente.

Em discussão única Projeto de Resolução nº 349/11, de autoria do Deputado Dilmar Dal Bosco, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Gilmar Oliveira Pinto. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em discussão única Projeto de Resolução nº 12/12, de autoria do Deputado Guilherme Maluf, que concede Título de Cidadã Mato-grossense a Srª Iracema Maria de Queiroz Cardoso Silva. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 506/11, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que institui a Campanha de Prevenção ao Câncer de Mama denominada mundialmente de “Outubro Rosa” no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Emanuel Pinheiro - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Com a palavra, para discutir, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Deputados, sem a emoção e a paixão de ontem, porque eu quero até ...

Quando eu venho à tribuna o meu temperamento é emocional assim mesmo, é empolgação. Eu não consigo ficar na tribuna e ser sereno, tranquilo, como o Deputado Sebastião Rezende que, para mim, é um craque nesse equilíbrio, não que eu seja desequilibrado. Eu alterno picos de emoção pela pura empolga e pelo prazer de representar o povo de Mato Grosso aqui na tribuna.

Mas com mais serenidade agora, até porque eu já conversei com o Deputado Sebastião Rezende, eu quero... Não sei de que forma, Deputado, nós poderíamos rediscutir essas questões dos Pareceres da Comissão de Constituição, Justiça e Redação até aqui, porque pedir vistas de todos os projetos nossos, também, não vai adiantar. E Vossa Excelência já deu uma solução,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

daqui para frente, que é avisar os Deputados antecipadamente os dias que as propostas deles estarão sendo discutidas e votadas na Comissão Permanente.

Isso aí foi um avanço fantástico que Vossa Excelência vai resolver 95% dos problemas. Agora, se o Deputado não for, aí já não é culpa da Comissão, porque ele foi avisado antecipadamente que no dia tal estará em pauta os projetos tal, tal, tal, de autoria daquele Parlamentar.

Mas até que comece esse novo momento implantado por Vossa Excelência, e já acordado aqui com o Deputado, Sr. Presidente, eu vou pedir vista a todos os projetos meus que estão aí, os três... Os três, não. Tem um sobre a madeira que, inclusive, eu concordo com a Comissão. O Deputado Riva tem um projeto muito semelhante e a Deputada Luciane Bezerra também tem. Eu relação a esse, eu não tenho o que discutir. Realmente, ele tem uns problemas de inconstitucionalidades mesmo e, também, é similar a dois outros projetos que já entraram antecipadamente na Casa. Então, quanto a esse não me importo.

Agora, esse do “Outubro Rosa” e o outro que diz respeito ao seguro para os motoboys, eu gostaria de pedir, combinado com o Deputado Sebastião Rezende ... Seria vista ou retirada de pauta?

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Seria vista, Deputado.

(O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO REZENDE FALA FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Então, eu peço a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei do motoboy, porque eu apenas estou reproduzindo e disciplinando o que já está na Constituição Federal. E ao Projeto de Lei nº 506, do “Outubro Rosa”, eu peço vista.

Eu vou pedir vista para auxiliar, porque o Deputado Sebastião Rezende, daqui para frente, com a decisão que tomou vai solucionar todos os problemas de forma democrática, madura e responsável.

Esse é o estilo “Sebastião Rezende” de atuar. É o estilo republicano de atuar.

Vossa Excelência, Deputado Sebastião Rezende, está de parabéns. Até lá nós temos só que ajudar Vossa Excelência a resolver os problemas daqueles que já estão em pauta e nós não discutimos.

Então, eu peço vista a esse Projeto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (DILMAR DAL BOSCO) - Concedido vista a Vossa Excelência.

Em discussão única Projeto de Resolução nº 13/12, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Fideles José de Souza. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai ao Expediente.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 711/11, de autoria do Deputado Nininho, que determina a inclusão de exame de detecção de toxoplasmose congênita no chamado teste do pezinho, no âmbito do Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Com Parecer favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 680/11, de autoria do Deputado Baiano Filho, que autoriza o Poder Executivo a implantar rede de serviços de atendimento e suporte familiar para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

portadores de Alzheimer e outras demências, denominada Centros-Dia. Com Parecer favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 672/11, de autoria do Deputado Nilson Santos, que institui o programa para tratamento e cicatrização de feridas crônicas no Estado de Mato Grosso. Com Parecer favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 626/11, de autoria do Deputado Wagner Ramos, que institui a Semana do Bombeiro. Com Parecer favorável da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia, Cultura e Desporto.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 1ª discussão, Projeto de Lei nº 504/11, de autoria da Deputada Luciane Bezerra, que institui a Semana de Combate e Prevenção à Obesidade Infantil. Com Parecer favorável da Comissão de Saúde, Previdência e Assistência Social.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Vai à 2ª discussão.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 092/11, de autoria do Deputado Emanuel Pinheiro, que dispõe sobre a utilização da madeira apreendida no Estado de Mato Grosso pelos órgãos de amparo e proteção ao meio ambiente e repressão a crimes ambientais. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado o Parecer, rejeitado o Projeto. Vai ao Arquivo.

Encerrada a Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais.

Com a palavra o Deputado Luizinho Magalhães.

O SR. LUIZINHO MAGALHÃES - Sr. Presidente, Deputado Dilmar Dal Bosco, quero aqui cumprimentar a população que nos acompanha através do Sr. Antônio, importante liderança do Município de Paranatinga, Antônio do Cartório, como é assim carinhosamente conhecido; os Srs. Deputados; e os colegas da imprensa.

Sr. Antônio, agora de manhã eu já falei do nosso apelo em relação a MT-130, o trecho que liga justamente Primavera do Leste a Paranatinga. Já coloquei aqui o pedido da população que neste momento está pedindo providências em caráter emergencial. Já ficou registrado nos Anais desta Casa e para a população mato-grossense que esse é um pedido coletivo e eu gostaria de ter uma resposta emergencial por parte da SETPU.

Presidente que conduz esta Sessão, Deputado Dilmar Dal Bosco, eu gostaria de uma resposta plausível, em caráter de urgência urgentíssima, da SETPU, em relação a MT-130.

Eu vou ficar cobrando aqui toda vez. Se até terça-feira que vem - teremos Sessão na outra terça-feira, Deputado Valdizete Nogueira - as máquinas, as providências não forem tomadas, eu retornarei a esta tribuna e vou ficar pedindo até a obra sair.

Uma hora alguém vai publicar; uma hora isso ganhará força e falarão do que nós estamos sofrendo na pele. O pedido é da população e a população tem razão.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Deputado Nilson Santos, Vossa Excelência foi citado nesta manhã como um brilhante Parlamentar da cidade de Colíder e eu tive o prazer, há poucos dias, de mostrar ao Estado de Mato Grosso, Deputado Valdizete Nogueira, o modelo de saúde instalado, e até o presente momento foi importantíssima a participação dos Deputados Estaduais nesse modelo. Mas quero dizer a Vossa Excelência, Deputado Nilson Santos, que a sua cidade Colíder foi citada na organização que foi feita desse processo e que essa empresa acabou causando um grande tumulto, inclusive financeiro, ao Estado de Mato Grosso e quero dizer ao cidadão que eu defendo cada centavo pago de tributo, de imposto.

O Deputado Mauro Savi trouxe à tona... Deputado Mauro Savi, eleito com mais de cinquenta mil votos, que tem uma representatividade na região Norte do Estado de Mato Grosso, o sentimento que Vossa Excelência também tem com o Norte, nós temos em relação ao Sul, ao Araguaia, de precisar acertar.

(O DEPUTADO NILSON SANTOS ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 10:14 HORAS.)

O SR. LUIZINHO MAGALHÃES - Eu gostaria de pedir ao Deputado Valdizete Nogueira e aos demais Deputados que queiram que protocolássemos um documento para ele explicar onde é que foi fraudado o recurso público, para onde foi o recurso público, de que forma foi aplicado e explicar ao povo abertamente. Já vieram outros Secretários aqui. Sabem por que? Porque eu gostaria de andar pelas ruas da minha cidade, da minha região, em meu Estado, sem ter a consciência negativa de que nós estamos fazendo o nosso papel e o nosso dever porque o meu dever como Deputado é fiscalizar também.

Eu gostaria de ter o vosso apoio e dos demais Parlamentares desta Casa para que possamos também fazer justiça, porque se as coisas estão indo bem...

No momento que precisava de nós para ir bem, Deputado Sebastião Rezende, fomos apoiadores. Eu mostrei que em Rondonópolis as coisas tinham melhorado, fiz questão de poder melhorar essa imagem que precisava ser repassada. Mas agora, no decorrer, o caminho começa a andar diferente. Se está diferente, também precisamos contestar: Onde é que está diferente? O que aconteceu? Esse modelo vai continuar dando certo?

O Sr. Sebastião Rezende - Concede-me um aparte, Sr. Deputado?

O SR. LUIZINHO MAGALHÃES - Ouço com muito prazer o eminente Deputado Sebastião Rezende.

O Sr. Sebastião Rezende - Muito obrigado, Deputado Luizinho Magalhães.

Vossa Excelência fala sobre a questão da recuperação das rodovias. Nós, já no início deste ano legislativo, face toda a situação que estamos vivendo no Estado, e muito especialmente na Região Sul, fizemos uma solicitação ao Secretário de Estado de Transportes e Pavimentação Urbana, Arnaldo Alves de Souza Neto, para que viesse a esta Casa. O Presidente, Deputado Riva, fez a convocação, ele esteve aqui com todo o seu grupo.

O que nós precisamos saber é o cronograma de recuperação dessas rodovias.

Nós temos lá a MT-270, que liga Rondonópolis a Guiratinga, que em muitos pontos é quase intransitável. Precisa da recuperação e nós temos diuturnamente cobrado.

O que nós podemos fazer são essas cobranças, é estar aqui na tribuna fazendo a cobrança, que são as reivindicações da população, da sociedade mato-grossense.

Ele assumiu o compromisso conosco de trazer até o mês de abril o cronograma da recuperação de todas as rodovias do Estado, porque não são só essas que nós estamos elencando.

A MT-130, ele já disse: "O Consórcio Morro da Mesa - parece-me que é o consórcio responsável pela recuperação da MT-130 - já foi notificado para fazer aquele

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS 08:00 HORAS.

procedimento inicial.” Mas ele me disse que ainda neste mês de abril, ou maio, vai apresentar um cronograma de recuperação total do trecho, de Primavera do Leste a Rondonópolis, porque nós queremos a recuperação total.

Não dá o tapa-buraco, até porque a população, aqueles que trafegam ali têm consciência de que o pedágio será pago, mas nós esperamos que isso seja feito com celeridade, com rapidez, Deputado Luizinho Magalhães, porque nós precisamos de qualidade nessa estrada, precisamos que os acostamentos, que praticamente inexistem, sejam alargados.

Houve falhas em alguns pontos na construção daquela rodovia que tem provocado muito acidente. Então, esse trajeto tem que ser refeito. Agora, nós precisamos saber qual que é o prazo. É um ano para que todo esse trabalho seja feito? Dois anos? O que não pode é hoje a população sofrer quando faz esse trajeto aí de Rondonópolis até Primavera do Leste. Quantos acidentes, quantas vítimas fatais já foram feitas ali em função dessa destruição daquele pavimento?

O Secretário apresentará esse cronograma que a empresa ou que esse consórcio está disponibilizando. É óbvio que eles têm um prazo para isso, mas já determinou que pelo menos aquele procedimento de não ficar buraco na rodovia já seja feito. Agora, o que temos que cobrar é isso: ou esse consórcio realmente atuará firme ou terá que abrir mão e fazer outro processo licitatório, porque o que não dá é todas as vezes nós fazermos essas cobranças e as coisas continuarem da forma como estão.

Eu inclusive falei, Deputado Luizinho Magalhães, sobre a questão das rodovias não pavimentadas - Vossa Excelência tem acompanhado conosco a região ali. Eu visitei agora praticamente os Municípios de São José do Povo e Poxoréu, e nós temos muitas estradas estaduais não pavimentadas que estão intransitáveis.

Até falei com o Dr. Alaor de Paula que cuida das estradas não pavimentadas, e ele assumiu o compromisso agora de determinar a recuperação dessas estradas. Elenquei todas elas para que seja feito esse trabalho, porque não aguentamos mais, não suportamos mais as reclamações da população, que reclama com razão.

Então, eu quero parabenizar Vossa Excelência, que tem somado conosco nesse trabalho, para que todos nós juntos continuemos a cobrar. E tenho certeza que, com a disposição, e há essa disposição do Governo, veremos recuperados esses trajetos ou essas rodovias que são tão importantes para o escoamento da nossa produção.

Muito obrigado.

O SR. LUIZINHO MAGALHÃES - Obrigado, Deputado Sebastião Rezende!

Eu fico muito feliz porque Vossa Excelência tem andado muito. O senhor é um Parlamentar que anda e anda a cavalo, de bicicleta, de moto. E é isso, Deputado Sebastião Rezende, que nos faz entender as necessidades.

E, diga-se de passagem, Deputado Sebastião Rezende, o senhor é sempre muito gentil. Eu sei que Vossa Excelência recebe muitas demandas, muitas cobranças, como os demais Deputados também recebem, e a população acha que nós temos o poder de fogo, o poder de decisão e de execução. Agora, que parceria é essa que entramos com toda a parte de apoio governamental e, na hora de se ter o apoio para a população, que é necessário ter, as coisas não acontecem? Enrolam, embromam, e não são feitas, deixando o cidadão cada dia mais chateado com a classe política.

Então, Sr. Presidente, Deputado Nilson Santos, que preside esta Sessão, eu quero dizer a Vossa Excelência que a nossa atuação aqui será uma atuação firme e presente nos dias em que estarei nesta Casa, Deputado.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

E, Vereador Messias di Caprio, que ora nos visita, da Cidade de Primavera do Leste - o Vereador mais votado da Cidade de Primavera do Leste é o Vereador Messias di Caprio -, o senhor pode ter certeza que nas fileiras do trabalho daquela cidade que escolhemos para viver, Vossa Excelência se destaca pela sua coragem. E eu posso dizer para o senhor que, quem encara a vida pública, já é um exímio de um corajoso.

Parabéns a Vossa Excelência pelo seu trabalho. Jamais se curve diante daqueles que acham que o poder financeiro é capaz de tudo.

Para eu poder encerrar o meu discurso, Vereador Messias di Caprio, eu quero dizer a Vossa Excelência que estamos prontos para mais um desafio vindouro. Lá estará o companheiro Deputado Luizinho Magalhães na nossa região, o ex-Vereador de Primavera do Leste, que foi vereador ao seu lado, parceiro de Mesa Diretora, parceiro nas horas mais difíceis, mas, sempre lembrando, pautado em defender a sociedade.

Isso é muito bom, ouviu Vereador? A vinda dos Parlamentares que estão aqui foi baseada no trabalho de cada um e nós chegamos aqui com essa determinação de fazer a diferença, de mostrar que teremos um mandato presente, cobrando o que a população mais quer.

Obrigado pela sua participação. Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo. Obrigado, Deputado Sebastião Rezende.

O SR. PRESIDENTE (NILSON SANTOS) - Ouvimos as palavras do brilhante Deputado Luizinho Magalhães.

Quero cumprimentar o Vereador Messias di Caprio, Vereador atuante no Município de Primavera do Leste. É um prazer tê-lo aqui na Casa, Vereador.

Com a palavra, o eminente Deputado Emanuel Pinheiro (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Wagner Ramos (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Dilmar Dal Bosco (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Valdizete Nogueira (TRANSFERE). Com a palavra, o nobre Deputado Dr. Antônio Azambuja.

O SR. DR. ANTÔNIO AZAMBUJA - Sr. Presidente e colegas Deputados, quero só fazer uma lembrança aqui. O Deputado Luizinho Magalhães falou há pouco da questão do Comando, da criação do Comando da Polícia Militar em vários municípios do nosso Estado, entre eles o meu Município de Pontes e Lacerda, o de Primavera do Leste, o de Água Boa e o de Nova Mutum.

Nós temos uma cobrança nesse sentido desde 2009, quando o Governo esteve aqui nesta Casa, ainda era o ex-Governador Blairo Maggi, na questão da criação dos Comandos da Polícia Militar para melhor estruturar a Polícia Militar no interior do Estado de Mato Grosso. E naquela época estava sendo criado o Comando da Polícia Militar em Pontes e Lacerda, em Alta Floresta e em Vila Rica, mas por motivos - nós entendemos - financeiros, segundo alegação do próprio Governo, naquele momento não foi possível a criação do Comando da Polícia Militar lá no Município de Pontes e Lacerda para contemplar toda aquela região de fronteira e também a divisa com Rondônia, Deputado Valdizete Nogueira.

Segundo a Polícia Militar, Vila Rica e Alta Floresta eram mais estratégicas. Agora, você abandona uma região que faz fronteira internacional e fronteira com outro Estado e diz que Alta Floresta e Vila Rica para a Polícia Militar eram mais estratégicas?

Eu até entendi, porque o nosso intuito, como Parlamentar, não é tirar nada de município nenhum. Mas você ouvir de um Comando que um município que não faz fronteira com nenhum Estado, aliás, que não faz nenhuma fronteira internacional é prioritário do que um município que tem uma fronteira internacional e uma fronteira estadual também é demais para

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

compreendermos! E ficou o compromisso de que, no Governo seguinte, o Governo Silval Barbosa, criaria esses Comandos e esperamos que realmente ele possa ser criado.

Hoje, estamos ligados, vinte e dois municípios ligados a Cáceres. Com o Comando Regional de Cáceres é impossível atender os municípios da região. Nós temos uma das maiores fronteiras secas que existe, que pega do Município de Cáceres e vai até o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, Comodoro, até na divisa de Rondônia, quando não é seco, é por água. E, infelizmente, não temos o suporte necessário do Comando da Polícia Militar de Cáceres, porque não consegue atender as demandas.

Nós temos constantemente cobrado do Governo, pois àquela região não pode mandar carro de passeio porque não se consegue fazer diligência.

Mas infelizmente, Deputado Valdizete Nogueira, o carro que nós recebemos lá é palio, gol, parati para andar em uma região que tem mais de 240Km de estrada de chão; onde os bandidos andam de avião ou, então, de caminhonete traçada, *Hilux* 4x4 e a Polícia Militar querendo correr atrás do bandido de golzinho em estradas cabriteiras.

Então, o que é que acontece? O Estado manda um carro e não em quatro ou cinco meses ele está acabado. É prejuízo para os cofres públicos e nós ficamos no município sem proteção. Quando vamos cobrar, a alegação é: “Nós já atendemos a região. Nós já mandamos o veículo para o município.”

A região de Campos de Júlio e de Sapezal é extremamente plana e de terreno de areia. É impossível andar com um carro baixo. E quando chegamos lá está um golzinho, palio para dar socorro a uma região que tem mais de 300Km de estradas que parecem um queijo suíço para os bandidos andarem bem preparado, bem equipado, bem armado e a nossa Polícia infelizmente andando praticamente a pé, porque com um carrinho desse aí é andar a pé.

Então, esperamos que a criação desse Comando da Polícia Militar realmente leve mais estrutura para a nossa região. Porque a droga que falamos, que todos falam que vem para Cuiabá, que vai para o Brasil inteiro, passa pela fronteira. Nós escutamos isso em todos os debates da Polícia Militar, da Secretaria de Segurança Pública e da Secretaria de Justiça. O debate é uma coisa, mas a colocação é outra. Na hora de executar, de colocar realmente em prática a Inteligência da Polícia Militar para fazer uma ação concreta, ela não acontece.

No papel é muito bonito. Todos sabem que a droga passa por ali, mas na hora de fazer com que a droga não entre em nossa fronteira, Sr. Presidente, não acontece e a logística não funciona.

Nós presenciamos aqui, no ano retrasado, as caminhonetes Blazer que o Estado praticamente alocou, mais da metade ou quase 80% ficarem aqui, em Cuiabá. É importante, porque é a nossa Capital e ela tem que estar protegida, mas mandaram para o interior os carrinhos baixos dos mais de mil carros que a Polícia alocou.

No município de Vossa Excelência eu não sei se foi diferente, mas para a minha região praticamente só mandaram carro baixo.

Então, nós queremos que a criação desse novo Comando, de fato, aconteça e que recebamos os carros necessários para dar o apoio que precisa a nossa fronteira.

Era isso que eu queria colocar.

Outra situação, Sr. Presidente, que eu acho que aflige a todos os Deputados, principalmente os servidores do Estado, que é a questão do MT Saúde.

Eu não sei... O Líder do Governo não está aqui, ainda. Eu não sei se está atendendo e o que é que o Governo já fez para negociar com o MT Saúde e com os hospitais, mas o que nós

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

temos, e há pouco me passaram uma informação, é que pouquíssimos serviços aqui, em Cuiabá, está atendendo pelo MT Saúde. Pouquíssimos serviços! E as pessoas estão pagando! Ou seja, descontam do servidor; o servidor público está pagando, inclusive desta Casa, mas na hora que buscam o serviço na rede de assistência eles não têm.

Então, o Governo precisa tomar uma posição urgente: ou não desconta do servidor ou arruma outro plano ou, então, conserta o MT Saúde. O que não dá é para o servidor pagar e não ter assistência. Aí não! É muito ruim! Porque se está ficando com o dinheiro do servidor e o serviço não está sendo oferecido.

Então, nós cobramos do Governo, de quem está à frente do MT Saúde, da Secretaria de Saúde do Estado, da Liderança do Governo, que realmente tomem uma posição correta. Não é admissível que o servidor pague e não tenha o serviço de saúde oferecido a contento.

Era isso que eu queria colocar, Sr. Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (NILSON SANTOS) - Com a palavra, o nobre Deputado Valdizete Nogueira.

O SR. VALDIZETE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público que nos assiste.

Eu quero cumprimentar o Sr. Antônio Rodrigues da Silva, o Tonho do Cartório, futuro Prefeito de Paranatinga, companheiro do PSD; o Vereador Messias di Cáprio, da Cidade de Primavera do Leste e seus companheiros que estão nos prestigiando, enfim, todos aqui presentes.

Eu quero, inclusive, me dirigir às cidades de Paranatinga e a Primavera do Leste.

Desde ontem, Sr. Antônio e Vereador Messias, que estamos travando uma luta não só dos Deputados Luizinho Magalhães, Zeca Viana, Emanuel Pinheiro e Nilson Santos, mas de todos os Deputados desta Casa, do Deputado Mauro Savi, que falou aqui anteriormente; do Deputado Riva que falou, inclusive, cobrou do Governador uma posição e trouxe um encaminhamento muito interessante a essas MTs.

Nós citamos, ontem, um acidente com um carro, tipo *van*, que acabou na morte de um jovem e de todos os incômodos que têm acontecido naquela rodovia, na MT-130.

O Governo estuda, agora, um plano para realmente acelerar. E o Deputado Riva não aceita. Eu concordei com ele, pois está correto. Não se pode nem pensar de não ter planejado para o período chuvoso. Tem que estar pronta a ação para começar, agora, de imediato.

Então, eu acho que o Deputado Riva, Presidente desta Casa, foi muito feliz em dizer que vai cobrar para a semana que vem, terça-feira, a definição de um plano de ação imediata.

Porque se naquela estrada da MT-130 o Prefeito de Primavera do Leste ou o Prefeito de Paranatinga viessem com um pouco de emulsão asfáltica tampando os buracos para não aumentarem durante o período chuvoso, hoje, gastariam $\frac{1}{3}$ do que vão gastar. Essa é a grande realidade! Os senhores sabem disso! Os senhores são políticos, estão na região e o povo tem cobrado dos senhores que, depois, nos cobram e não temos nenhuma resposta.

Além disso, eu quero colocar uma situação grave em Paranatinga, aproveitando que o nosso líder maior está aqui, representante do município na questão política do nosso Partido: nós lutamos e estamos levando uma empresa de frigorífico de frango e não temos apoio na zona rural. A MT-130, que segue para Santiago do Norte, está intrafegável e não se tem nenhuma perspectiva. Aqueles consórcios, aqueles caminhões estão lá abandonados. Ninguém sabe que fim levou toda situação. Hoje, nós estamos sem resposta, mas isso não pode continuar assim.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Não vale a pena, Sr. Antônio, vocês lutarem tanto para trazer uma empresa e, depois, não darem resposta logística do que vai acontecer. Os senhores ficam como incompetentes; ficamos nós como inoperantes; o Estado fica incapaz e nós não damos uma resposta à sociedade.

Então, eu quero pontuar exatamente a situação de que nós precisamos ter um plano de ação imediato, a partir de semana que vem, para que vocês cheguem a Primavera do Leste, Paranatinga, Jaciara, Dom Aquino, Alta Floresta e Sinop e possam dizer: o Governo vai fazer assim.

A partir de agora, acabou a chuva, acabou a reclamação, não tem mais chiadeira de Governo que não pode, não dá porque está chovendo. Nós vamos começar semana que vem com esse tipo de ação, porque nós é que somos cobrados lá na base, no dia-a-dia e que estamos lá levando chibatadas todos os dias, toda semana. É o Parlamentar; é o Vereador; é o líder político; é o Prefeito e a comunidade é que sofre com tudo isso.

Portanto, Sr. Presidente, esta é uma das indagações que trago a esta tribuna. Dizer que nós esperamos muito do Governo e do Presidente Riva que está atuando fortemente junto ao Governo do Estado para que os Deputados tenham uma resposta imediatamente.

Também, quero aproveitar este momento para dizer da situação da segurança pública em Jaciara e no Vale do São Lourenço.

Eu apresentei, hoje, uma Indicação solicitando ao Governo que encaminhe imediatamente um Delegado para atuar em Jaciara. Nós tínhamos um Delegado lá há poucos dias que era oriundo de Paranatinga. Ele veio de Paranatinga e imediatamente, após algumas investigações, parece que se excedeu e levou a óbito uma pessoa. Ele foi tentar investigar uma pessoa e afogou a pessoa e o Ministério Público teve uma briga grande com essa pessoa e com esse Delegado e a Corregedoria da Polícia Civil afastou esse Delegado.

Portanto, Deputado Alexandre Cesar, o Vale do São Lourenço não tem um Delegado de Polícia. E aí as pessoas estão sendo mortas lá e os bandidos estão agindo de forma inteligentemente dentro da maldade deles porque sabem que não tem investigação.

Então, vejam só, degolaram o filho de um funcionário público lá porque ele combatia o tráfico. Ele era uma pessoa contra o tráfico. Mataram um funcionário do DAE da prefeitura de Jaciara, porque era um cidadão de bem e questionava essa questão de drogas no município. Mas o bandido, como não tem Delegado em Jaciara, em Juscimeira e em São Pedro, o que ele pensa? Bom, tem que vir um Delegado de Rondonópolis. Lá tem duzentos mil habitantes, eu vou matar aqui porque em dez, quinze dias, até chegar um Delegado aqui, eu já destruí as provas. Então, aí não tem nem como condenar esse cidadão. No máximo, ele vai pegar um crime que não é doloso e vai ficar em liberdade imediatamente. Ele pagou fiança, está fora. Ele já mata sabendo disso, porque não tem um Delegado atuante para investigar; quando tem, eles atuam diferentemente, com menos astúcia como estão fazendo agora.

Deputado Alexandre Cesar, Vossa Excelência que conhece a região, onde as pessoas te respeitam não só pelo seu trabalho de Deputado, mas pelo seu trabalho da Procuradoria; o senhor é um Advogado bem intencionado, é conhecedor das causas sociais, mais do que eu que fui Prefeito, e tem uma atuação muito forte nesse meio, então, nós precisamos unir forças aqui e esquecer, inclusive, questões políticas partidárias e unir forças junto ao Governo.

Eu sei da atuação de Vossa Excelência, Deputado Alexandre Cesar, da sua Bancada para que nós possamos resolver isso imediatamente. Não dá mais para o Prefeito de Jaciara e os Vereadores ficarem sem dar respostas para a sociedade, porque são eles e nós que estamos sendo cobrados e a sociedade de Jaciara, Juscimeira e São Pedro não um Delegado e não tem como investigar.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS 08:00 HORAS.

Eu disse aqui há poucos instantes que há poucos dias aconteceu uma situação drástica, humilhante, revoltante com um rapaz que eu vi nascer e que morreu com vinte e dois anos de acidente de moto entre Jaciara e São Pedro. Ele estava em sua moto, atrás de um ônibus, quando este freou no quebra-molas e a sua moto foi com tudo em cima do ônibus. Estava ele e a esposa. Ele faleceu na hora e a esposa quebrou a clavícula, a costela.

Olha só, o nosso legista não estava na cidade. Para tirar o corpo de lá precisava de um Delegado fazer o Boletim de Ocorrência. Então, não pode mexer no corpo. A Polícia Rodovia não deixou mexer no corpo. Esse acidente aconteceu às 11:15 horas e Vossa Excelência sabe que horas o Promotor de Justiça autorizou a tirar o corpo de lá? Às 14:30 horas, porque não encontravam o Promotor. Aí tiraram o corpo e levaram para a funerária. Eles me ligaram e eu disse, por telefone, à família: eu não estou em Jaciara, o legista não está aí, mas procure o Delegado, porque ele tem autonomia para nomear um legista de plantão no hospital público. Quem estiver de plantão, ele tem autonomia para fazer a necropsia.

Muito bem, não tinha um Delegado, porque não tem Delegado. Eu falei: procura a Juíza. A Juíza estava viajando, estava aqui em Cuiabá e estava retornando, mas levaria três horas por causa do trânsito que estava interditado na serra. Então, não teve a quem recorrer. Aí o sistema policial de Rondonópolis, o Delegado de Rondonópolis autorizou o traslado do corpo para fazer a necropsia em Rondonópolis, fazer o laudo pericial.

Muito bem, a rodovia que liga Jaciara a Rondonópolis estava cortando a barreira ali perto de Juscimeira - Vossa Excelência sabe disso - porque ficou interditado um bocado de tempo. Então, tiveram que achar uma alternativa para levar esse corpo para Rondonópolis. Aí levou pela estrada do Prata, estrada de chão, cem quilômetros, indo por São Lourenço de Fátima. Da hora que essa pessoa morreu, tirou do asfalto, levou a Rondonópolis e voltou, era 06:00 horas do outro dia. Ela morreu às 11:00 horas, foi enterrada às 11:00 horas, tiveram menos de três, quatro horas para velar o corpo.

Coisa estúpida, humilhante, estado inoperante, situação degradante! O Prefeito até me disse, e nós somos adversários políticos: “eu fico até com medo, Valdizete, de ir num velório desse e ser xingado”. Eu falei: eu sei.

E a culpa não é nem dele. Eu não estou aqui defendendo, mas a culpa não é dele, é do Estado, que não está agindo, estado de direito. As pessoas se sentem incapazes, e a pior sensação que um ser humano pode ter, a pior sensação que um homem público ou um cidadão comum pode ter é a sensação de incapacidade. É isso que está acontecendo no Vale do São Lourenço.

Então, eu gostaria que os Srs. Deputados nos apoiassem.

Deputado Emanuel Pinheiro, Vossa Excelência que está lá, que é amigo do povo de Jaciara, que é cidadão jaciarense, outorgado por aquela Casa de Leis, que nos ajude, mas nos ajude de verdade.

Vamos unir forças, Deputado Alexandre Cesar, e acabar com isso.

Eu vou de porta em porta em Jaciara, Juscimeira e São Pedro da Cipa - se Vossas Excelências não tiverem tempo para ir lá - e dizer: olha, os Deputados fulano de tal e fulano de tal interferiram junto conosco e nós conseguimos colocar um Delegado definitivamente em Jaciara, porque não temos.

É isso que eu peço a Vossas Excelências.

Eu conto com Vossas Excelências, porque sei que são cidadãos humanos que vão nos ajudar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (NILSON SANTOS) - Essas foram as palavras do Deputado Valdezete Nogueira.

Vossa Excelência tem o nosso apoio.

Uma cidade do porte de Jaciara, com os problemas que ela tem, não tem como realmente continuar sem delegado. Essa é uma coisa muito complicada e vergonhosa para nós.

Parabéns pelo discurso de Vossa Excelência e pelas reivindicações feitas aqui.

Com a palavra, o nobre Deputado Emanuel Pinheiro.

O SR. EMANUEL PINHEIRO - Sr. Presidente, nobres Pares, findando aqui as Explicações Pessoais, eu não poderia deixar de voltar à tribuna para abordar o assunto que li ontem no *site 24horasnews*, até trouxe a página impressa, bem como está na primeira página do jornal *Diário de Cuiabá*, de hoje, que diz respeito a uma situação degradante que dezessete alunos da extensão da Escola Estadual Sol Nascente, do Município de Confresa, estão vivendo. Uma região conhecida como Terra Roxa. Os alunos estão tendo que pagar energia elétrica da escola para poder estudar.

Sabemos que essa não é a realidade do Estado de Mato Grosso no que diz respeito à educação pública. Muito já foi feito e sabemos que muito precisa ser feito ainda, mas não é a realidade. É um fato. Esperamos e temos convicção que é um fato isolado.

Mas assim mesmo, Sr. Presidente, nós não podemos, mesmo que seja fato isolado, fazer ouvido moco, não podemos fazer vista grossa, por uma situação degradante como essa desses dezessete alunos.

A denúncia é que desde o ano passado - é uma extensão da Escola Estadual Sol Nascente, que fica a 36 quilômetros de Confresa - como eles utilizam a energia da igreja, porque não tem energia própria, energia elétrica, a igreja dividiu, no ano passado, com os pais dos alunos, que são pessoas carentes, do meio rural, da região do Baixo Araguaia, que é uma região extremamente pobre, a conta de luz. Isto revoltou os pais dos alunos que não admitem mais pagar este ano a conta de energia, até porque, com certeza, estão cobertos de razão. Isso é uma responsabilidade da SEDUC.

E também a denúncia dessa frase que um dos alunos falou, Sr. Presidente. “Aqui não tem banheiro, não tem água. Nós usamos o banheiro da igreja, que também está quase caindo e não tem como nós estudarmos na sede. Só estamos aqui porque temos vontade de estudar.”

O outro diz que para fazer as suas necessidades fisiológicas usa o banheiro de uma igreja vizinha da extensão que não tem vaso sanitário e nem pia.

Então, é uma dura realidade.

Eu quero aqui da tribuna fazer um apelo ao Secretário Ságuas... Já li aqui que a Assessora Pedagógica da SEDUC, Evanir Costa, de Confresa, justificou que eles poderiam estudar numa escola ali próxima, 15 quilômetros mais adiante, que tem toda a estrutura, que tem ventilação, que tem banheiro, que tem todas as condições, mas que, por uma conversa e uma decisão da comunidade, resolveram estudar nessa extensão, porque lá fica mais próximo da residência desses 17 alunos e também estão bem servidos com o transporte escolar. Os alunos contestam, afirmam que é verdade em relação a que eles estudam mais próximos de casa, mas contestam que não têm transporte escolar. Eles dizem que não tem.

Então, independente, Sr. Presidente, da SEDUC conseguir explicar parte dessas denúncias, nós não podemos conviver com essa situação, em pleno Séc. XXI, com todo o investimento e a evolução na educação pública nacional, com reflexos positivos para Mato Grosso, principalmente no Governo Blairo Maggi, e agora no Governo Silval Barbosa.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

É inconcebível que tenhamos 17 irmãos nossos, adolescentes, que vivem lá na região do Araguaia, - a mais pobre região do nosso Estado - que estudam em uma escola rural e não têm a mínima condição higiênica ou de dignidade, para poderem estudar.

Então, o Secretário Ságuas deve e não pode deixar de se posicionar ante essa situação. “Ah, mas é um único caso!”. Concordo! Tanto é que eu disse no começo da minha fala que espero e tenho certeza que é uma situação isolada. Mas não podemos admitir nenhuma situação isolada no que diz respeito à educação. Não podemos admitir nenhuma situação singular no que diz respeito à educação pública, que deve ser universal, com qualidade, com dignidade.

Todos os avanços preconizados e alcançados na educação pública do nosso Estado para todos os municípios, principalmente para os grandes centros, devem ser estendidos para a área rural, devem ser estendidos para toda a região do Estado e, principalmente, para a área rural, que é uma região menos atendida, com dificuldade de acesso, com dificuldade de infraestrutura e aonde mora uma população que vive basicamente da agricultura de subsistência, da agricultura familiar.

Então, Sr. Presidente, eu quero deixar aqui registrada a minha solidariedade a esses 17 alunos, a minha esperança - conheço o Secretário Ságuas, a sua competência, a sua sensibilidade, o seu pronto atendimento para as questões que incomodam a boa gestão na nossa educação pública - e espero que ele não se contente com a justificativa da Assessora Pedagógica. É uma justificativa pertinente, mas que não convence. Não podemos ficar aí! O Secretário Ságuas deve se posicionar, determinar a transferência dos alunos, com transporte escolar digno e contínuo para essa escola 15 quilômetros adiante, mas que tem todas as condições dignas para se estudar, ou que adote essa extensão da Escola Estadual Sol Nascente, na região conhecida como Terra Roxa, em Confresa, dando as condições básicas para que esses alunos e adolescentes possam estudar.

O que não podemos achar normal é que matérias como essa façam parte, sejam corriqueiras do dia-a-dia do nosso Estado, principalmente das regiões mais distantes da Capital.

Então, como Deputado Estadual, fiquei muito incomodado e fiz questão de imprimir a matéria do *site 24horasnews*, fiz questão de ler a matéria na sua integralidade do jornal *Diário de Cuiabá*, e, como defendo o Governo, como sou da base do Governador Silval Barbosa, confio no seu trabalho, no seu projeto e na sua intenção, assim como confio no Secretário Ságuas de Moraes Dias.

Tenho que contribuir; tenho que cobrar, mas tenho que contribuir e pedir aqui na tribuna do povo mato-grossense que o Secretário Ságuas de Moraes Dias determine imediatamente uma solução digna para esses dezessete alunos da extensão da Escola Estadual Sol Nascente, que fica a trinta e seis quilômetros de Confresa, na região conhecida como Terra Roxa, no Baixo Araguaia do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (NILSON SANTOS) - Não há mais Deputado inscrito nas Explicações Pessoais.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima para terça-feira, no horário regimental.

Um bom-dia a todos e um bom final de semana.

Compareceram à Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da República - Emanuel Pinheiro, Mauro Savi, Nininho, Sebastião Rezende, Sérgio Ricardo e Wagner Ramos; da Bancada do Partido Social Democrático - Gilmar Fabris, Riva, Luizinho Magalhães e Valdizete Nogueira; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nilson Santos, Baiano Filho, Romoaldo Júnior, Dr. Wallace e Adalto de Freitas; da Bancada do Partido da Social

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO DIA 12 DE ABRIL DE 2012, ÀS
08:00 HORAS.

Democracia Brasileira - Guilherme Maluf; da Bancada do Partido Progressista - Dr. Antônio Azambuja e Ezequiel Fonseca; da Bancada do Democratas - Dilmar Dal Bosco; do Bloco Trabalhista - Alexandre Cesar e Zeca Viana.

Deixaram de comparecer os Srs. Deputados: Luiz Marinho, do PTB; Luciane Bezerra e Percival Muniz, do Bloco Trabalhista.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Aedil Lima Gonçalves;
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Ariadne Fabienne e Silva de Jesus;
 - Cristiane Angélica Couto da Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Tânia Maria Pita Rocha;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Nilzalina Couto Marques;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel Lehr;
 - Rosivânia de França Daleffe.